

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE NOVEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.625

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Renato Hinnig  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Taxista Voltolini - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Altair Silva  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Altair Silva  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Renato Hinnig  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Altair Silva  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Taxista Voltolini  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Altair Silva  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 083ª Sessão Ordinária realizada em 24/09/2013.....2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa.....11</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente..... .....22 Avisos de Resultado .....22 Ofício .....23 Portarias .....23 Parecer .....24 Redações Finais .....28</p>
---	---	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc.

Temos um início de semana com sol, com alegria, já que o estado de Santa Catarina

passou um final de semana de enchentes, de dificuldades para a nossa população, mas uma população que não se abate, que é preparada, que enfrenta as dificuldades, e que faz este estado continuar firme e forte, mesmo com essas dificuldades do tempo.

Sei que hoje vários deputados devem ocupar esta tribuna para falar sobre a questão das enchentes, sobre Rio do Sul. Sei do empenho do meu amigo deputado Jorge Teixeira pelo município de Rio do Sul, e dos deputados da região de Blumenau e Itajaí. Praticamente todo o estado de Santa Catarina foi castigado pela chuva.

Felizmente, a história começou a mudar, porque a enchente vinha, pegava a todos de surpresa, o trauma e os danos eram muito grandes. Inclusive, já perdemos catarinenses em enchente. Com a programação dos governos do estado e municipal, da Defesa Civil, com o secretário Milton Hobus, que vem fazendo um grande trabalho por todo o estado de Santa Catarina, os males foram menores.

Houve uma previsão com mais de dez dias de antecedência por parte do governo estadual, e com isso foi possível orientar as pessoas a se prepararem, o estado se preparar, as comportas foram fechadas no alto vale para que as represas pudessem segurar a água da chuva para evitar mal maior, ou seja, na quinta-feira, conforme já orientado, definido e anunciado pelo governador Raimundo Colombo, as comportas das represas estavam zeradas, e foram fechadas quando, após as

chuvas, a água começou a atingir os municípios de Rio do Sul e Blumenau. Houve o fechamento das comportas para segurar a inundação, mas mesmo assim ela atingiu muito esses municípios.

É claro que o estado tem mais obras que estão aguardando decisão judicial para que possam ser executadas, mais represas planejadas, que esperamos num futuro próximo possam evitar quase que totalmente essas inundações.

Então, imaginem se não houvesse previsão, se as comportas, as represas estivessem com um nível elevado quando começou o período de chuva, aí, sim, teríamos uma inundação ainda maior.

Portanto, felizmente o trabalho da Defesa Civil do governo do estado e dos municípios permitiu que o estado pudesse orientar, precaver e diminuir os males que podem ser causados numa inundação.

Também temos a questão da estiagem, principalmente no oeste do estado, onde nosso estado também está preparado implantando, incentivando e financiando as cisternas para que o agricultor possa ter a sua água armazenada, e quando vier o período da estiagem o estado, o cidadão esteja preparado para enfrentar as dificuldades. Então, é muito importante investir na prevenção.

Nós já tivemos grandes enchentes no estado de Santa Catarina e ficávamos depois recuperando os danos causados sem que houvesse um investimento, uma prevenção

para evitar um mal maior. Não podemos conter a chuva, isso é inevitável, assim como não podemos conter a estiagem. Isso é da natureza e somente Deus para controlar esses efeitos que acontecem. Agora, podemos, sim, sabendo que eles podem ocorrer, minimizar os males tanto da estiagem, quanto das enchentes. E o estado de Santa Catarina deu uma demonstração disso. Os municípios de Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, e depois subindo o alto vale até Rio do Sul, Taió, enfim, toda aquela região foi atingida.

Então, aproveito também para parabenizar a Defesa Civil e o governo do estado por essa preocupação em atender dessa maneira a população catarinense.

Nós só percebemos o problema quando ele ocorre. O mesmo acontece com a luz. Só se dá valor a ela quando falta luz. E com a água é a mesma coisa.

Assim, há muitas ações que quando forem realizadas vão passar despercebidas, mas vão estar, sim, fazendo bem à população do nosso estado.

Portanto, tem que ser investido mais ainda na prevenção das cheias, com a construção de mais sete barragens, como é programado, assim como a elevação de algumas delas, conforme projetos já elaborados pelo governo do estado.

Quero aproveitar, deputado Kennedy Nunes, para registrar a audiência pública realizada ontem pela SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional - de Itajaí, Balneário Camboriú e região, e parabenizar o secretário Claudir Maciel pela iniciativa de, tão logo ter assumido a secretaria Regional há poucos dias, ter partido para alguns projetos importantes para a região de Balneário Camboriú e Itajaí.

O município de Itajaí já tem os investimentos do governo do estado no Hospital Marieta Konder Bornhausen e várias outras obras na área da educação e saúde. E em Balneário há dois grandes projetos: um é a construção de um colégio estadual no bairro das Nações, que é hoje uma necessidade - nós temos, hoje, todo o ensino concentrado no centro -, e o outro projeto, que é o mais importante, é a construção do centro de eventos de Balneário Camboriú.

A cidade de Balneário Camboriú tem uma rede hoteleira com capacidade de 20 mil leitos. Hoje o município, que é a capital turística do nosso estado, tem o maior local para realizar um evento, uma convenção, com mil lugares. E o governo do estado, através da SDR, ontem esteve na audiência pública na Câmara de Vereadores, sendo que lá o sr. Valdir Walendowsky, da Santur, expôs, através da Prosul Engenharia, o projeto para a construção de um centro de eventos com capacidade para até 25 mil pessoas.

Santa Catarina e Balneário Camboriú precisam desse centro de eventos! Como eu disse, uma cidade turística, com uma rede hoteleira com mais de 20 mil leitos, precisa de um local que possa acomodar eventos de grande porte.

O governador Raimundo Colombo buscou junto ao governo federal R\$ 50 milhões para investimentos nesse centro de eventos que vai custar R\$ 75 milhões. Então, R\$ 25 milhões serão investidos pelo governo do estado num centro de eventos com capacidade para 25 mil pessoas, em um local que será da grandeza, do porte do povo catarinense e da minha cidade, Balneário Camboriú.

Por isso, quero parabenizar o secretário Regional Claudir Maciel, e a Santur. Ontem, tivemos a exposição, a apresentação do projeto, com a presença do prefeito Edson Piriquito, do vereador Nilson Probst, presidente da Câmara de Vereadores, também dos vereadores Ary Souza e Pedro Francez. Todos os vereadores estavam participando da apresentação. É muito importante que a comunidade participe.

Existe um projeto elaborado pela prefeitura e existe esse elaborado pelo estado. O importante é que a obra efetivamente aconteça. Esse é o registro importante, é isso que precisamos, sem vaidades, seja esse ou

aquele projeto. O importante é que seja um projeto que atenda à demanda da nossa população e do nosso estado.

Então, parabéns Santa Catarina pela demonstração de força contra as enchentes e nos grandes projetos.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro de Breves Comunicações, com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero iniciar saudando os catarinenses e, de forma especial, o secretário da Defesa Civil Milton Hobus, ex-prefeito de Rio do Sul, pelo extraordinário trabalho que fez e que está fazendo na questão da prevenção e minimização dos efeitos das cheias. As chuvas de sexta, sábado e domingo provocaram essa enchente no vale do rio Itajaí Mirim, no vale do Rio Itajaí Açu e em diversas outras bacias. Especialmente no vale do rio Itajaí, normalmente pegava as pessoas de surpresa, mas a enchente deste final de semana estava sendo monitorada.

Estive pessoalmente no sábado em Blumenau e presenciei, na rua XV de Novembro, as pessoas do comércio se prevenindo, justamente porque o serviço de meteorologia havia previsto o problema, o fez com que cada um se programasse para minimizar os efeitos da enchente.

Inclusive, pouca gente pediu na Defesa Civil colchões, etc. Houve um número pequeno de pedidos, justamente porque a grande maioria das pessoas já havia se prevenido em função das previsões que vinham sendo feitas.

A previsão era um aumento de sete, oito, até nove metros. Cada um, do seu jeito, sabia aproximadamente como seria atingido e já tomou a sua precaução. E graças à barragem em José Boiteux - a perspectiva é de que se não fosse aquela barragem a enchente em Blumenau talvez tivesse um metro a mais - foram menores os prejuízos dos cidadãos de Blumenau.

Quero destacar justamente a ação, a atividade da Defesa Civil de Santa Catarina, naturalmente impulsionada pelo governador Raimundo Colombo, bem como pelo secretário Milton Hobus, que operacionalizou o processo para minimizar os efeitos dessa enchente.

Esperamos inúmeras obras. Estão previstas sete barragens no vale do rio Itajaí Açu, que fará com que o fluxo dessas águas seja coordenado, no sentido de coletar a água no pico maior da chuva, evitando o aumento do nível das águas quando de uma enchente. Todavia, do ponto de vista prático, normalmente uma barragem utilizada para a produção de energia elétrica pouco contribui na prevenção de cheias, agora, nessa enchente, a pedido do governador, a Defesa Civil ordenou que todas as barragens fossem esvaziadas antes de iniciar as chuvas, e assim contribuíram muito para conter um grande volume de água. Em Blumenau, o nível da água subiu um metro a menos do que teria subido caso não fosse essa interação.

Esperamos, naturalmente, que com a construção das novas barragens, com a instalação do radar meteorológico, elas mantenham um volume significativo de água no momento adequado. E aí seria necessário um estudo em toda a bacia sobre os níveis de água relativos às enchentes em cada cidade. Isso contribuiria no sentido de que o sistema que contém as águas nas barragens vá soltando-a até atingir um nível que não interfira na qualidade de vida das pessoas.

Por isso, quero saudar o ex-prefeito Milton Hobus, agora secretário de Estado de Defesa Civil, pelo seu trabalho de prevenção e por essa dedicação especial, no caso, pela interação com todos os serviços de meteorologia. A interação com a Defesa Civil de cada cidade, para que esse trabalho coordenado pudesse resultar, enfim, na minimização do efeito da cheia.

Especialmente, na cidade de Brusque, quero citar o sargento Evandro, que coordenou toda a ação da Defesa Civil, justamente porque todas as autoridades já estavam mobilizadas, a população também prevenida de possíveis alagamentos, enfim, a interação entre as Defesas Cívicas teve muito efeito.

Ainda esperamos o melhor local no vale do Itajaí para instalação de uma represa para conter a água. Esperamos que até o início do ano que vem já tenhamos o projeto técnico e dentro de três anos, no máximo, já teremos uma represa que possa conter um volume significativo de água.

Essa enchente mostra que teremos um grande desafio pela frente.

Por isso, parabéns à Defesa Civil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero agradecer a presença dos agentes de trânsito de diversas cidades do estado. Cumprimento todos, em nome do presidente do sindicato, Silva; cumprimento a Tatiana, diretora administrativa do sindicato dos Agentes de Trânsito; o Ramos, que é agente de trânsito da minha cidade, Blumenau.

Ontem, foi comemorado o Dia Nacional do Agente de Trânsito. Quero das boas-vindas a todos, homens e mulheres, que fazem um trabalho exemplar no trânsito de diversas cidades do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência deseja boa estada a todos os agentes de trânsito.

Após a Ordem do Dia teremos a manifestação de um representante da categoria.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, funcionários desta Casa, agentes de trânsito, que de forma responsável ajudam a diminuir os acidentes do estado e disciplinar esse segmento.

Estou vendo que hoje o que está pautando as intervenções são os problemas das enchentes, das cheias. Vou falar sobre isso no horário dos Partidos Políticos, até porque nem tudo é esse mar de flores e felicidades que está sendo anunciado aqui.

Ontem, ouvindo o jornalista Paulo Alceu e, hoje, outros jornais, deputados, temos visto que a imprensa tem sido crítica, e com razão em parte, um pouco em decorrência dos atrasos das obras e de recursos. Mas tem sido crítica ao governo federal. E o estado tem ficado a mercê disso e sendo colocado como grande agente resolutor da prevenção de parte das cheias e dos sofrimentos das famílias.

Fui prefeito da cidade de Rio do Sul, enfrentei uma enchente de quase nove metros, no período. Em 2011, tivemos a cidade como a mais afetada pelas enchentes. E agora, novamente, a cidade de Rio do Sul aparece como a mais afetada.

Estou dizendo isso porque no sábado à noite participei de uma reunião da Defesa Civil, em Rio do Sul, no hospital regional, até as 9h, e todas as informações da Defesa Civil - importante dizer que as informações que vêm para o município são da Epagri e do Ciram - não foram condizentes com o que aconteceu no dia seguinte em relação ao resultado de quanto se elevaria o rio. As informações dadas eram de que decresceriam, mostraram na tela os satélites e criticaram muito o Coutinho, de São Joaquim, a quem quero parabenizar porque ele, mais uma vez, foi um dos que acertou. Ele acertou na enchente de 2011, quando avisou que iria chegar a 13 metros no mínimo e a

Defesa Civil dizia que não passaria de 9,5 metros e que as pessoas não precisariam tirar nada de dentro das casas, e todo mundo perdeu tudo.

Nessa, pelo menos, gato escaudado tem medo de água fria, o pessoal conseguiu reduzir, limpar as casas, tirar tudo e corrigir para não ter tamanhas perdas. Mas, como a imprensa tem sido crítica, mais ao governo federal, daqui a pouco no horário do partido quero abordar isso de forma mais pontual. É importante dizermos aqui, deputado Maurício Eskudlark, porque que a obra de Taió foi parada na Justiça, deputada Ana Paula Lima. Foi licitada a obra de Taió para elevar a barragem em mais 2 metros de altura, e também a de Ituporanga. A barragem de Taió foi barrada por uma empresa que entrou com uma ação na Justiça, porque não pode participar da licitação e essa mesma empresa participou da licitação de Ituporanga, deputado Kennedy Nunes, na Justiça, que garantiu o direito dela participar numa licitação dirigida. Por isso a obra está parada e está na Justiça.

E não vamos dizer mais isso? Vamos dizer que quem conduziu a licitação da obra não foi o governo federal, foi o governo do estado com a Defesa Civil. Não quero dizer que o secretário... Mas houve erro na licitação a ponto de que em Ituporanga a empresa chamada Salver... Estou com as cópias do processo, da ação judicial no meu gabinete, portanto, digo isso com conhecimento porque tenho cópia ali para mostrar para quem quiser.

Então, usarei o horário reservado ao partido para falar um pouco sobre as enchentes. Quanto já foi colocado de recursos no estado. Quem tem que fazer. O governo do estado está preocupado, sim. Participei da recepção que teve ali, a coletiva com a ministra Ideli Salvatti, com o governador, com o secretário, e estavam presentes Casildo Maldaner e Peninha.

Em Rio do Sul, na metade do ano passado, foi realizada uma grande assembleia chamando todos os prefeitos para instalação dos satélites para as informações. Todo mundo se movimentou, seminário, imprensa e os babacas aqui. Até hoje não foi instalado. Foi licitado e comprado. A casa de máquinas de Ituporanga já foi feita nova. E onde é que estão os controles? Na casa velha, que se enche não funciona, como aconteceu na outra vez.

E não é o governo federal o responsável por isso. Mas depois vou abordar isso com mais detalhes, inclusive falando sobre valores, porque a imprensa está sendo injusta com o governo federal, que está colocando R\$ 600 milhões em Santa Catarina nessa área e que no total passará de R\$ 1 bilhão com todos os investimentos de controle de cheias e de áreas de risco. Mas, abordarei isso depois.

No dia 8 de outubro, aqui na Assembleia Legislativa, estaremos realizando um grande seminário, que é o de Inclusão Produtiva com Segurança Alimentar. Participarão conosco esta Casa; a Epagri; a Fecam; o ministério da Saúde; o ministério do Desenvolvimento Agrário; o Sebrae; o Programa Brasil sem Miséria; o ministério de Desenvolvimento Social. Por quê? Será um seminário que contará com a presença do presidente da Anvisa, dr. Dirceu Barbano.

Pela primeira vez na história deste país, como dizia o deputado Padre Pedro Baldissera, o nosso Lulinha, e v.exa. fez uma boa denominação, a Anvisa está descendo do altar.

A Anvisa, que é um órgão regulamentar, sempre teve mais uma ação de polícia neste país com as vigilâncias sanitárias do estado, que ao invés de ter uma intervenção no sentido de fomentar a microeconomia, a agricultura familiar, o microempreendedor individual, a economia solidária, simplesmente as regras que temos para uma grande empresa são iguais àquelas estabelecidas para uma pequena empresa, que fica num pequeno espaço atrás de uma casa no interior de Santa Catarina. E muitas vezes tem mais controle de qualidade do que numa grande empresa. Todo

mundo viu recentemente um rato dentro de uma lata ou de uma garrafa de coca-cola. Querem empresa com mais controle de qualidade que esta, a Coca-Cola?

E a Anvisa, nesse contexto, estabeleceu um novo marco regulatório para que as vigilâncias sanitárias passem a ter um novo viés de intervenção no sentido de estimular, orientar os pequenos produtores para que passem a fazer parte da economia mais inclusiva deste país.

Por isso, assumimos o desafio de fazer em Santa Catarina o primeiro seminário não coordenado pela Anvisa, mas integrado pelos diversos segmentos e por diversos órgãos para fazermos um bom debate com relação à importância da vigilância sanitária no estímulo à economia inclusiva no estado. Sabemos que muitos avanços ainda precisam ser feitos, porém, acredito que esse foi o maior passo que a Anvisa deu no seu contexto histórico de existência, sem flexibilizar a saúde. Isto é importante, não é deixar de exigir regras de segurança, é simplesmente conduzir uma orientação adequada para que os pequenos possam também gerar emprego e renda nos pequenos municípios, e principalmente garantir a manutenção do homem no campo.

Então, esse seminário acontecerá na terça-feira, dia 8 de outubro, as inscrições dos participantes começarão às 14h, o evento às 16h, terminando com uma série de demonstrações de alguns municípios.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. deputado Jailson Lima, agradeço o espaço, quero parabenizá-lo pelo discurso. Mais uma vez estamos vivendo o problema das enchentes, agora também com a ocorrência de granizo em muitos municípios de Santa Catarina. Mais uma vez o nosso estado está sendo castigado. Vamos apoiar os nossos municípios, muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Acho importante fazer esse registro.

Vou deixar um minuto para o próximo deputado inscrito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença de várias lideranças do município de Águas Frias, oeste do estado, que estão nos prestigiando hoje. O prefeito Danilo Daga, o Neuri Alberto Fontana, o Geraldo Piovezan, o vereador Lauro Gonçalves da Silva, e também acompanhando a caravana o motorista Luiz Scramin. Desejo a todos boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público presente na tarde desta terça-feira, quero, especialmente, cumprimentar os agentes de trânsito que estão aqui marcando o dia nacional desta categoria geralmente tão criticada e que está aqui com a presença de agentes de cerca de dez cidades catarinenses, justamente para ser lembrada a importância da sua atividade nas nossas cidades. Especialmente numa situação em que a mobilidade urbana é cada vez mais um drama do conjunto da sociedade, com certeza ser agente de trânsito é uma das atividades mais cansativas e estressantes para o trabalhador ou trabalhadora que a desenvolvem, assim como também é cada vez mais necessária para a sociedade.

Gostaríamos de parabenizar todos vocês pelo seu dia e dizer que o nosso mandato está à disposição, dentro daquilo que for possível, evidentemente, nas nossas limitações especialmente legais e que muitas vezes impedem o deputado de fazer mais aqui neste Parlamento estadual.

Queremos fazer referência também à carta que recebemos do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região e ler o seu conteúdo na íntegra.

(Passa a ler.)

[...]

"Sr. Sargento Amauri Soares

Nesta

Como é de vosso conhecimento, em decorrência do processo de incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) pelo Banco do Brasil (BB) em outubro de 2008, foi firmado Contrato de Prestação de Serviços n. 015/2007 entre o banco e o Governo do Estado de Santa Catarina. A Cláusula Décima Sexta obriga o BB a manter o banco em funcionamento em todas as localidades em que o BESC estivesse presente, nos 293 municípios de Santa Catarina, e o governo a manter a conta única e a folha de pagamento dos servidores no Banco do Brasil.

Encerrado o prazo de cinco anos de vigência do referido contrato, prorrogado de 05 de outubro de 2012 para 05 de outubro de 2013, o Banco do Brasil S.A. terá a prerrogativa de desativar, ou não, agências e postos de serviço.

Diante dessa hipótese, solicitamos que o deputado interceda junto ao Governo do Estado e ao Banco do Brasil S.A. com intuito de evitar o fechamento de quase uma centena de unidades bancárias, uma vez que isso poderia criar dificuldades para milhares de aposentados, pensionistas, agricultores e pequenos empresários que ficariam sem seu agente financeiro local. O fechamento acarretará também perda de empregos diretos e indiretos e de recursos para a economia de nosso Estado.

Maiores informações podem ser obtidas junto ao nosso Sindicato.

Atenciosamente,

(a) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região" [sic]

Temos debatido com o representante do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários há algum tempo e, inclusive, na semana passada tomamos a iniciativa de encaminhar aos 295 prefeitos - na época do contrato eram 293 - e aos 295 presidentes de Câmaras de Vereadores falando desse assunto, dessa possibilidade.

Não queremos alamar nem dizer que vai ser fechado. No entanto, o contrato terminará na semana que vem, no dia 5 de outubro, e o Banco do Brasil tem autoridade, inclusive, para tomar a iniciativa no sentido de fechar as agências que considerar por ele, banco, que não interessam mais ao Banco do Brasil.

É preciso, portanto, que os prefeitos, os vereadores e as organizações da sociedade civil busquem dialogar com o Banco do Brasil aqui no estado de Santa Catarina e com o governo do estado justamente para se prevenir contra essa possibilidade que, com certeza, prejudicaria econômica e socialmente a sociedade catarinense.

Uma das virtudes de Santa Catarina ter tido um banco BESC, foi justamente ter uma agência à disposição de cada município. Esse foi um dos elementos que potencializou esse desenvolvimento mais regionalizado do estado de Santa Catarina em comparação com outros estados da federação que têm uma grande capital e algumas outras poucas cidades. Resume-se a praticamente isso.

Em Santa Catarina temos um desenvolvimento menos desproporcional, embora com muitas diferenças, mas menos desproporcional. E o BESC foi um dos elementos, financeiro e econômico, que garantiram a circulação de riquezas lá na região onde ela é produzida.

Portanto, tomamos essa preocupação dos bancários como sendo uma preocupação da sociedade catarinense. Trabalha-se no sentido de que o governo de Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo, todo o seu *staff* e suas secretarias, assim como a gerência do Banco do Brasil aqui no estado de Santa Catarina, digam alguma coisa à sociedade no sentido de tranquilizá-la a esse respeito porque o silêncio já é preocupante e que se tenha uma posição, se defina pela manutenção das agências, todas elas. Com certeza, elas são importantes para o nosso estado e cada uma das cidades catarinenses.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem.

Também recebi no gabinete o Zé Carlos, O Moacir e o Milano, todos do sindicato dos bancários, tratando da importância de que haja essa contrapartida da permanência dessas agências. É o caso que vimos na CPI da Telefonia, que abre a licitação para os conglomerados humanos, mas nas áreas rurais e tal, não se exige uma contrapartida.

Então, é importante que haja essa contrapartida pelo que o banco representa para os pequenos municípios.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Nesse sentido, quero dizer que temos a maioria das cidades catarinenses com menos de 10 mil habitantes. Se pegarmos as cidades com até cinco mil habitantes, teremos mais de 100 cidades. Então, as cidades pequenas são a maioria. E se isso não está sendo discutido, se não há essa preocupação, é preciso que se torne público o conteúdo dessa nova negociação que está sendo realizada entre o governo do estado e o Banco do Brasil. Mas se permanecer esse silêncio e daqui a pouco, pouco a pouco, agências começarem a ser desativadas, não resta a menor dúvida de que aquele município que perder a sua agência bancária vai começar a ficar ainda mais pobre do ponto de vista econômico. Porque todas as negociações, inclusive, recebimento de salários, de pensão, de aposentadoria, passarão a ser feitas na cidade ao lado, na cidade maior. Daí acaba que o comércio local será esvaziado, terá problemas, inclusive, de fechamento de outros estabelecimentos comerciais, caso o Banco do Brasil, a agência bancária - nas pequenas cidades é a única - venha a ser fechada.

Então, estamos falando de desenvolvimento regional, da necessidade, sim, de manter os empregos e o trabalho. Mas, acima de tudo, é necessário, fundamental que essas agências continuem lá nessas pequenas cidades, porque é a forma de garantir as negociações e a movimentação financeira da produção agrícola de cada ano, o recebimento de salário, o recebimento do pagamento pela produção agrícola. Evidentemente, é a principal fonte de renda, a principal fonte de crescimento econômico para os municípios os negócios serem realizados na própria cidade. É uma necessidade à manutenção, pelo menos, do nível de descentralização econômica e financeira da sociedade catarinense que nenhuma agência seja fechada. E que nenhuma cidade do estado de Santa Catarina fique sem o banco, muito embora o contrato tenha um prazo de prorrogação e esse é o problema, estamos chegando ao final do prazo.

É fundamental que trabalhe todos nós, deputados, todos os vereadores, todos os prefeitos das cidades de Santa Catarina e o governador do estado junto ao Banco do Brasil, para que nenhuma agência seja fechada, para que nenhuma cidade de Santa Catarina fique sem a sua agência bancária do antigo BESC, hoje, Banco do Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, cidadãos que nos acompanham aqui no plenário da Alesc, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc.

É com satisfação que ocupo novamente a tribuna no dia de hoje para discorrer brevemente sobre um projeto de minha autoria e que reaplica, no estado de Santa Catarina, uma política pública há pouco contemplada ou criada pelo Executivo federal, que trata ou institui, no âmbito estadual, o Estatuto da Juventude.

Um projeto, a exemplo do nacional, evidentemente, que busca disciplinar os direitos e os deveres dos nossos jovens perante a sociedade. Sem entrar em conflito com o já existente Estatuto da Criança e do Adolescente, o famoso ECA, aprovado na Lei n. 8069, de 12 de junho de 1990.

Reconhecemos também, porque acaba tendo um conflito, entre aspas, ou uma coincidência, melhor dizendo, de faixa etária, que são considerados para ascensão à política de juventude os jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, existe em Santa Catarina 1.7 milhão de pessoas nesta faixa etária, praticamente 1/3 da nossa população, estimada pelo mesmo censo em 6.6 milhões de habitantes.

Nossos jovens precisam hoje muito mais que saúde, segurança, educação de qualidade. Precisam garantias para várias outras demandas e necessidades. Como fiz questão de frisar na justificativa do projeto, partindo do pressuposto de uma vida digna, o jovem merece o direito à cultura, ao trabalho, ao lazer, à cidadania, à informação, entre outras coisas.

Esse projeto também prevê respeito à dignidade e à autonomia dos jovens, rechaça a discriminação, pede respeito às diferenças e principalmente a igualdade de oportunidades.

O Estatuto da Juventude prega a garantia do desenvolvimento das ações conjuntas entre o estado, o município e a própria sociedade organizada, de modo a garantir mais espaço aos jovens nos espaços propriamente decisórios.

Sugere-se também a regionalização de políticas públicas de juventude, de modo a garantir maior inclusão social aos nossos jovens. Direito à educação, à profissionalização, ao trabalho e à renda, à igualdade sem discriminação de etnia, raça, idade, sexo ou religião. Direito à saúde integral de qualidade, à cultura, à comunicação,

Foi o primeiro texto, e vale citar, elogiando a política nacional do governo federal que criou essa lei, foi a primeira legislação brasileira que deixa claro o direito de acesso à comunicação e à liberdade de expressão. Direito a lazer, ao desporto, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Entendo que essa criação da política pública nacional, e nós tentamos replicá-la aqui, surge como uma demonstração de estar atento ao momento que o nosso país vive, buscando uma divisão mais equânime e democrática de todos os espaços.

É nesse contexto que propomos a redução dos preços públicos para as viagens intermunicipais, ingressos para espetáculos culturais e esportivos, abrindo um caminho para ampliar o debate em relação a um pacto pela melhoria da mobilidade urbana, o acesso universal à cidade como direito individual.

Pretendemos, assim, garantir a formação de cidadãos dignos, cultos, íntegros, respeitosos e interessados em participar de forma produtiva na formação deste estado. A juventude precisa saber que merece a nossa atenção e um maior e melhor acolhimento da sociedade da qual faz parte.

Sem me afastar do tema, preparar um futuro mais sustentável para o nosso jovem passa, prioritariamente, por obras de prevenção e planos de gerenciamento de riscos. E aproveite esse momento para enaltecer o esforço feito por esta Casa no sentido de autorizar, por intermédio do Projeto de Lei n. 0309/2013, o Executivo a contratar operação de crédito de grandes valores para obras de prevenção a desastres naturais na região do vale e alto vale do Itajaí, que esta semana ainda sofre com acontecimentos recentes.

Para finalizar, solicito o apoio de v.exas. para uma análise criteriosa em conjunto com o projeto de origem governamental que cria o Conselho Estadual da Juventude para que Santa Catarina, que ainda é um dos dois estados brasileiros que não tem esse conselho formalizado, possa ter e instituir a sua política pública de fato, aos moldes da política nacional do Estatuto da Juventude.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, é com satisfação que voltamos a assomar à tribuna desta Casa para enaltecer o trabalho realizado nas últimas semanas, principalmente na última semana, na região do vale do Itajaí, relativo às catástrofes que mais uma vez abateram aquela região, a chuva torrencial que ocorreu em Rio do Sul, atingindo toda aquela região.

Nós, que representamos a região do alto vale, estamos solidários à população atingida por esse desastre. Fizemos muitas reivindicações junto ao governo do estado, através do sr. governador, no que se refere a tirarmos do papel todos os projetos contratados na época do governo Luiz Henrique da Silveira, do grupo Jica. Felizmente, já estamos evoluindo para a contratação dos projetos, e logo para a contratação das obras que visam minimizar o efeito da lâmina de água dos municípios abaixo das barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux.

Quero também fazer um registro importante do quão eficaz foi a atuação da Defesa Civil de Santa Catarina e dos municípios, em especial de Rio do Sul. E podemos dizer que, por uma prevenção através de informação antecipada, praticamente todas as pessoas que moram nas áreas alagadiças tiveram tempo para salvar o patrimônio que são seus utensílios domésticos. Foi feito um trabalho muito forte através dos meios de comunicação da região e do estado. E, logicamente, essas informações chegaram ao cidadão.

Evidentemente, nós, que moramos naquela região, estamos sujeitos à recorrência desses fatos, mas não tínhamos a cultura da prevenção. E agora, em 2013, demonstrou-se que as informações oficiais foram absorvidas pela comunidade. A comunidade, com o auxílio público ou sem, procurou proteger o seu patrimônio, tanto no âmbito da indústria, do comércio e das residências daquela região. Mas, definitivamente, se nós não tivéssemos uma Defesa Civil qualificada, se não tivéssemos a preocupação do governo do estado em qualificar as defesas civis dos municípios...

Nós ainda não estamos sentindo o reflexo de todas as obras inseridas no Pacto por Santa Catarina, até porque você que está me ouvindo sabe que para se licitar obras no valor de R\$ 600 milhões, seja na elevação de barragens, na construção de novas barragens ou na construção de diques, demanda, inicialmente, de um projeto e da fase ambiental. A partir desses dois componentes, do projeto e da questão ambiental equacionada, passa para o certame licitatório. O certame licitatório é aberto para o Brasil, para o mundo. Às vezes, uma empresa sente-se prejudicada e impetra um mandado de

segurança contra a vencedora, e temos que ir devagar para vencer essas burocracias que a lei nos impõe.

Mas o que importa, e isso que é determinante, é que a comunidade já está tendo a consciência da prevenção, do que fazer quando notificada pelas autoridades, através dos meios de comunicação. Elas estão se autoprotegendo, e através dessa consciência da preservação é que vamos aguardar baixar as águas e fazer toda a recuperação das vias públicas, dos prédios públicos, ajudar na recuperação às residências. Mas de qualquer forma, o efeito da enchente de 2013 é bem menor em termos de perda de patrimônio dos nossos cidadãos do que a de 2011.

E na condição de deputado estadual, sr. presidente, estou apresentando uma indicação, neste momento, ao ministério do Trabalho para que, como em 2011, faça a liberação do Fundo de Garantia para todos os 70 municípios atingidos pela enchente no estado e, logicamente, que regulamente essa liberação através dos procedimentos habituais usados no estado e no Brasil.

Então, na condição de deputado estadual, entendo que temos que provocar ou instigar as autoridades nacionais que façam os devidos encaminhamentos no sentido de que chegue até a comunidade que precisa. E a primeira providência que estamos tomando, hoje, é pedir a liberação do Fundo de Garantia para todos os atingidos.

Antes de finalizar, sr. presidente, gostaria de cumprimentar todos os agentes da Guarda Municipal que se fazem presentes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, na sequência da intervenção do deputado Aldo Schneider a respeito da situação do alto vale com relação às enchentes, é importante dizer que a população no momento desta enchente, quando subia um, dois metros, já estava esvaziando as suas casas, tanto que sexta-feira a grande maioria das pessoas havia se prevenido, em decorrência da gravidade do que ocorreu em 2011 pela falta de informação em tempo hábil.

Falei há pouco sobre a questão dos recursos federais, dos investimentos em Santa Catarina por parte do governo federal. E abordei a postura crítica da imprensa no que tange ao comportamento do governo federal em relação a essas enchentes.

Pela primeira vez na história deste Brasil, ou como dizia o Lula, nunca antes na história desse país o governo tinha se pautado em promover ações preventivas efetivas em relação à questão das cheias, enchentes e granizo, enfim, situações de calamidade. E pela primeira vez tivemos uma ação efetiva, pois, em 2008, no governo Lula, tivemos uma série de ações em decorrência das calamidades no estado de Santa Catarina. Mas, em 2011, a presidente Dilma Rousseff tomou isso como prioridade no Brasil. E dos empréstimos que estão sendo feitos nos estados, apenas dois estados foram contemplados, sendo quatro projetos para Santa Catarina e um para Pernambuco em relação às enchentes.

E por que Santa Catarina? Em decorrência da gravidade que tivemos aqui. Em 2008 a questão de Blumenau, por exemplo, onde tivemos aqueles desmoronamentos de morros e vários óbitos. Mas, para termos uma noção dos investimentos federais é importante registrar que dos convênios realizados de R\$ 1.564 bilhões, R\$ 264 milhões já foram liberados e investidos em Santa Catarina.

Também temos aqui que dos R\$ 871 mil da secretaria de Infraestrutura Hídrica, secretaria de Recursos Hídricos, R\$ 850 mil foram liberados; do ministério da Integração, da

secretaria de Defesa Civil, dos R\$ 10.584.600,00 milhões foram liberados R\$ 9.526.140,00; dos R\$ 760.204.711,26, foram liberados R\$ 188.690.655,30 do Ministério da Integração, e dos R\$ 782.400.000,00 foram liberados R\$ 60.550.000,00 do PAC para Santa Catarina para essa área de contenção.

Ainda é importante registrar que das obras importantes para Santa Catarina tinha R\$ 110 milhões para melhorias no rio Taió, as quais são: alargamento da calha e reconstrução de pontes. Porém, sabemos que são obras pontuais e que demoram um pouco mais, pois não se faz do dia para noite.

Também investimentos na barragem do rio Itajaí-Mirim de R\$ 95 milhões, com repercussão nos municípios de Botuverá, Brusque e Itajaí.

O sistema de monitoramento e alerta com um investimento de R\$ 25 milhões, deputado Maurício Eskudlark, num evento que aconteceu em Rio do Sul, para o qual todos os prefeitos foram convidados. No encontro dos rios, deputada Ana Paula Lima, um grande seminário, quando assumiu o atual secretário da Defesa Civil, os recursos foram liberados e até hoje o sistema de monitoramento não está em funcionamento, continua o sistema de informação Epagri e Ciram. E a população antenou-se e escuta muito Ronaldo Coutinho, pois se for acompanhar as informações da imprensa de Rio do Sul, verá que a Defesa civil também deixou a desejar nas informações.

Digo isso porque estava presente na reunião que aconteceu no sábado à tarde no hospital regional. Importante que não houve gravidade de perdas e danos materiais às famílias. E logicamente quero parabenizar a Defesa Civil de Rio do Sul, o prefeito, sr. Garibaldi Antônio Ayroso. Teve a contribuição da Defesa Civil do estado, sim, porém, criou-se uma logística de atendimento que na outra vez não foi possível.

Também temos as novas barragens do Alto Vale. São R\$ 119,7 milhões para as barragens de Taió e Ituporanga. Sabemos que essas grandes obras muitas vezes passam por processos judiciais, como já foi noticiado aqui pelo deputado Aldo Schneider. Houve processo judicial na Barragem de Taió. Por quê? Porque o edital de licitação não era um edital claro. O edital de licitação tinha restrições à participação de conjuntos de empresas. E uma empresa de Ituporanga chamada Salver, que tem condições de fazer, entrou com ação judicial e o juiz trancou a licitação da obra. Na sequência, foi feito o edital de licitação em Ituporanga com edital igual. A empresa de Ituporanga conseguiu se inscrever com autorização judicial, e agora esperamos que isso seja resolvido, e temos que ter tempo, porque após ser licitada a obra, sabemos que deverá demandar algo em torno de um ano e meio, enfim, dois anos para ser executada.

É importante ressaltar que grande parte dos recursos federais foi liberada para Santa Catarina, e aí quero citar alguns dados:

(Passa a ler.)

"No orçamento de 2013 foram disponibilizados R\$ 4,1 milhões para a execução de obras de interesse da Defesa Civil - Deinfra. Até o momento foram empenhados apenas R\$ 6,8 mil de R\$ 4,1 milhões colocados à disposição.

Para o Fundo Estadual da Defesa Civil (FEDC), em 2013, estão orçados R\$ 50,7 milhões. Até o momento foram investidos R\$ 15,2 milhões."

Eu pergunto por que não foi gasto o restante em obras nesse estado?

"No orçamento de 2012 foram disponibilizados R\$ 7,1 milhões para a execução de obras de interesse da Defesa Civil - Deinfra. No entanto, os recursos não foram utilizados. Nada foi utilizado!

Em 2012 o FEDC dispunha de um orçamento de R\$ 32,9 milhões. Entretanto, apenas R\$ 15,6 milhões foram empenhados, ou seja, 47,4%".

Portanto, temos um rol de recursos disponibilizados para o estado, deputado Neodi Saretta, e o nosso estado não usou.

Vou fazer a minha conclusão dizendo o seguinte: o estado que tenha mais eficiência, a Defesa Civil que tenha mais agilidade, e que façam essas obras andarem. Que façam os investimentos necessários, que gastem os recursos adequadamente, permitindo que mais problemas como esses não venham a acontecer, porque nada impede que ano que vem se volte a ter outro quadro cíclico desse ou daqui dois anos novamente.

Então, é importante esclarecer ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã, neste plenário, tivemos uma audiência pública sobre questões da área da saúde, com a comissão da Saúde desta Casa, que é presidida pelo eminente deputado Volnei Morastoni. Foram discutidas questões básicas como hospitais que recebem volumes menores de recursos do que a necessidade. O próprio governador Raimundo Colombo fez um estudo básico do que o estado gastou nos últimos anos, e o que arrecada na hora que preenche, encaminha as AIHs para o ministério da Saúde, enfim, o que gasta e o que recebe.

No ano passado o governo do estado recebeu do ministério da Saúde em média R\$ 140 milhões pelas AIHs, pelos atendimentos que fez nos hospitais públicos do estado. Em compensação, o governo gastou para fazer o atendimento R\$ 750 milhões. Vejo o deputado Sílvio Dreveck, fazendo a conta. O valor pago foi cinco vezes menor do que o governo do estado gastou.

Ou seja, o que o ministério pagou por um atendimento corresponde a 20% do que de fato custou. O ministério teria que ter pagado cinco vezes mais por cada atendimento em média para poder empatar com aquilo que o governo do estado gastou.

Aqui no estado quem banca a diferença é o Tesouro do Estado. Os outros 180 hospitais que são atendidos pela rede filantrópica, e que correspondem a mais de 70% dos atendimentos, recebem apenas aquele valor da AIH que eu estou dizendo que corresponde a 20% do que o estado gasta, mas como o custo feito por entidades particulares ou filantrópicas é mais barato, certamente se multiplicasse por 2,5 ou por três seria o suficiente para cobrir a conta.

E também é notório que em 1997, e já se vão 17 anos, foi a última vez que houve uma adequação na tabela de procedimentos tanto por parte dos hospitais quanto por parte dos honorários médicos.

Mas eu trago aqui o *Dário Catarinense* de hoje que, na parte de economia, diz:

(Passa a ler.)

"Impostos

Arrecadação federal bate recorde no mês de agosto"

Tenho aqui o levantamento que o jornal fez de 2003 até agora, nos últimos dez anos. Estamos dizendo que desde 1997 o SUS não corrige a tabela dos procedimentos médicos nem dos procedimentos pagos para os hospitais, e que a saúde está esse caos justamente por conta da insuficiência de repasse de pagamento.

Os hospitais públicos pegam o dinheiro do Tesouro - e o governador tem que pegar o dinheiro do Tesouro do estado - e os hospitais particulares e filantrópicos, beneficentes, ou fecham o hospital, ou diminuem a qualidade do atendimento, ou fazem rifas, ou fazem coleta na igreja, ou fazem jantares beneficentes, ou fazem qualquer coisa para emocionar as pessoas para pagar mais um pouco, apesar do imposto.

Então, em 2003, no mês de agosto, o governo federal arrecadou R\$ 19 bilhões; em 2004 R\$ 25 bilhões; em 2005 R\$ 38 bilhões - e agora vou pular de dois em dois anos -; em 2007 R\$ 48 bilhões, em 2009 R\$ 52 bilhões; em 2011 R\$ 74 bilhões; e em 2013 R\$ 83 bilhões. Se nós multiplicarmos isto por doze, que é a arrecadação... E em alguns meses arrecada-se um pouco mais e em outros um pouco menos, mas a arrecadação federal ultrapassa o trilhão.

Então, no mês de agosto, a arrecadação do governo federal passou de 19 bilhões, em 2003, e para R\$ 83 bilhões em 2013, agora, dez anos depois. E a finalidade de recolhermos impostos é para virar serviço, benfeitoria para as pessoas. Não adianta somente arrecadar impostos. Eles têm que virar um benefício. E um dos benefícios que são indispensáveis a todos é justamente o serviço de saúde.

Diante de todas essas afirmações que estamos colocando, infelizmente o governo federal não tem correspondido com a arrecadação no que tange ao serviço de saúde. E certamente não tem correspondido na questão da educação. Até porque nós aumentamos 400%. Nós multiplicamos a arrecadação por quatro vezes. De 19, quase 20, passamos para 83 bilhões.

Seria a mesma coisa dizer aqui que o procedimento hospitalar que era feito em 2003, pelo valor de R\$ 20,00 agora teria que pagar R\$ 83,00. Só que aquilo que era pago há dez anos, R\$ 20,00, continua sendo pago agora. O mesmo valor! É nesse reajuste que estamos insistindo, e o reajuste que se quer é em cima do valor da arrecadação.

A PEC da saúde, que destinaria 10% da arrecadação, corresponderia, imagine, a 10% de um trilhão de reais da arrecadação. Então, seria um valor satisfatório, iria fazer uma diferença para melhor na questão da saúde.

Apresentei os números que deveriam corresponder com os serviços, principalmente na saúde que...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário destinados aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

(Pausa) Na ausência de representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quem nos acompanha nesta sessão.

Quero abordar na tarde de hoje o debate que foi realizado hoje, pela manhã, aqui mesmo neste plenário, com a comissão de Saúde, por requerimento da deputada Ana Paula Lima, para falar do Serviço Móvel de Urgência - SAMU, e do contrato de gestão que o governo do estado tem com a sociedade paulista para o desenvolvimento da medicina. Não é para o desenvolvimento da saúde, é para o desenvolvimento da medicina.

Estiveram aqui presentes representantes da própria empresa SPDM. Aliás, quando falo em empresa, é porque é assim mesmo que eles fazem questão de serem chamados. A princípio, uma entidade filantrópica, do ponto de vista jurídico, mas que os próprios diretores fazem questão de falar nossa empresa. Isso de forma reiterada. Inclusive, nos trouxeram um caderno e um folder bastante generoso, em termos de qualidade de papel e de qualidade gráfica, falando das glórias desta empresa, a SPDM, que em Santa Catarina já administra com dinheiro público o serviço móvel de urgência, o SAMU, e também o Hospital Regional de Araranguá. E acabou de vencer, deputado Padre Pedro Baldissera, o edital de privatização do Hospital Florianópolis, fechado há quatro anos.

Uma das mágicas que governo e essas empresas, ou entidades filantrópicas, encontram para dizer que o serviço deles é de excelência é, inclusive, usar dinheiro público. Por certo, se é sem fins lucrativos, isso aqui vem de algum lugar. Usar dinheiro público para fazer propagandas da empresa com esta generosidade! Recursos que evidentemente as instituições públicas não têm para esse tipo de coisa. Mas um dos argumentos é que eles cumprem os contratos, as metas estabelecidas nos contratos. E se formos averiguar e acompanhar mais de perto, chegamos à conclusão evidente e clara de que as metas são absolutamente infames, ridículas.

Por exemplo, o Hospital Florianópolis. A meta estabelecida no contrato, e o contrato que a SPDM ganhou é com meta de um mês, é mais ou menos o que o hospital fazia em uma semana há quatro anos quando ainda estava aberto como uma instituição pública, como hospital geral.

E aí a partir do momento que a organização social, neste caso a empresa SPDM, cumpre a meta, já recebe todo o valor estipulado no contrato. Aliás, até 15% a menos também recebe o valor estipulado. E aquilo que fez a mais fica passível de um *plus*, de um incremento, já que fez mais do que a meta.

Só que a meta é ridícula diante daquilo que os hospitais públicos fazem com a precariedade que têm, com goteiras caindo dentro dos hospitais, com servidores cansados, com falta de servidores os hospitais fazem muito mais. Os hospitais públicos, os servidores públicos fazem muito mais do que as metas que são estabelecidas.

Mas queria abordar ainda um documento que recebemos ontem do Tribunal de Contas do Estado em resposta a uma representação que o nosso mandato fez, no ano passado, a respeito de um edital de licitação do SAMU.

O relatório do conselheiro César Filomeno Fontes, que foi discutido no plenário do Tribunal de Contas aqui do estado, dentre outras coisas, afirma o seguinte: reconhece a representação, e no mérito considera procedente. Em seguida considera irregular com fundamento no art. 36, parágrafo segundo, alínea "a", da Lei Complementar n. 202, o concurso de projeto SPG - Secretaria de Estado da Saúde n. 001/2012, bem como os atos e contratos dele decorrentes. Então, o Tribunal de Contas do nosso estado também está dizendo que aquele edital foi irregular e que foram irregulares todos os atos decorrentes do edital.

Quero registrar a importância do Tribunal de Contas do Estado cumprir o seu papel de averiguar à luz da lei - eu que tenho feito críticas outras vezes - que o processo de licitação para a privatização do SAMU no estado de Santa Catarina foi irregular, e que todos os atos posteriores ao edital também são irregulares e que, portanto, o estado de Santa Catarina tem que cancelar, encerrar, suspender o contrato com a SPDM.

Tem que deixar de privatizar, desistir de privatizar o serviço móvel de urgência. E, evidentemente, se essa regra vale para o serviço móvel de urgência, precisa ser levado em consideração também com relação ao Hospital Florianópolis e ao Hospital Regional de Araranguá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Antes de falar em nome da bancada, vou me ater ao nosso município de São Bento do Sul. Mas quero aqui, de modo especial, inicialmente, saudar todos os agentes de trânsito, especialmente os que vêm de longe,

os que vieram de São Bento do Sul, da minha cidade. Muito obrigado pela presença de todos e parabéns pela atividade que exercem nos respectivos municípios.

E por falar em município, deputado presidente, o nosso município de São Bento do Sul, que v. exa. conhece bem, não tanto quanto alguns companheiros que por lá tem estado com mais frequência, completou 140 anos de existência no dia de ontem. Esse município tem aproximadamente 80 mil habitantes e aproximadamente 60 mil eleitores.

Localiza-se no planalto norte e nordeste de Santa Catarina, a 250km da nossa belíssima capital, Florianópolis, a 60km de Joinville, a 54km de Jaraguá do Sul, a 100km de Curitiba, e a 60km do município de Mafra, que faz o entroncamento com a BR-116, e é um município referência, como eu disse, no planalto norte/nordeste de Santa Catarina.

Destaca-se por várias razões. É uma comunidade que mantém suas tradições culturais. Foi iniciada por imigrantes germânicos, italianos, poloneses austríacos, tchecos, dentre outros. Hoje há uma miscigenação de várias etnias por conta do seu desenvolvimento. O município mantém as tradições culturais, a música, o folclore, a gastronomia, a arquitetura.

A sua população possui grande espírito de empreendedorismo, tanto é que São Bento do Sul se destaca por seu potencial industrial. A sua economia é muito forte na indústria. Destacando-se o setor metalúrgico, fiação, móveis, têxtil. Lá está situada a maior empresa da América do Sul, que produz produtos de higiene e limpeza. Há uma atividade muito forte no comércio, na prestação de serviços. Há uma agricultura menor, mas de qualidade.

Como disse, há um espírito empreendedor na comunidade e por isso vemos esse destaque em diversas atividades. Assim, São Bento do Sul é referência no planalto, no norte e nordeste de Santa Catarina. Além disso, destaca-se no cenário nacional.

Outro destaque está na criação de oportunidades de trabalho através da educação. Lá, escolas técnicas, profissionalizantes estão se concretizando, há três universidades. Está em fase de instalação também o Instituto Federal de Educação, que terá cursos técnicos, de graduação e até pós-graduação futuramente. Iniciou-se com a Fetep - Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa -, que permitiu atrair e fomentar as atividades no conhecimento e na educação.

Portanto, é importante destacar o empreendedorismo, os investimentos tanto no setor público, ou seja, dos governos federal, estadual e municipal, como do setor privado que nunca deixou de contribuir para esse desenvolvimento para que se criassem oportunidades no que diz respeito às pessoas e, ao mesmo tempo, agregando valores extraordinários para o desenvolvimento dos empreendimentos que lá foram realizados ao longo da história.

Por isso, queremos deixar o nosso reconhecimento, através da Assembleia Legislativa, através da Bancada Progressista e, certamente, em nome de todos os deputados e deputadas desta Casa, o nosso cumprimento ao município de São Bento do Sul pelos 140 anos de existência e, acima de tudo, nosso cumprimento a todos os municípios, um povo trabalhador e ordeiro, que tem feito a diferença naquele município pujante, que dá uma contribuição para Santa Catarina e para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alecs Digital e telespectadores da TVAl.

Quero saudar de maneira efusiva, especial, o grande número de agentes de trânsito do estado que se fazem presentes nesta tarde no Parlamento. Temos agentes das cidades de Gaspar, Blumenau, Joinville, Criciúma, São Bento do Sul, Itapema, Brusque. Ao todo são, aproximadamente, 600 agentes de trânsito.

Eles estão presentes aqui, nesta tarde, para fazer uso da palavra, conforme anuência dos líderes desta Casa, pela comemoração do Dia Nacional dos Agentes de Trânsito, 23 de setembro.

Senhor presidente, dei entrada a um projeto de lei propondo que seja instituído, este mesmo dia, como Dia Estadual dos Agentes de Trânsito do Estado de Santa Catarina, juntamente com o dia nacional instituído pela Lei n. 12.821, de 6 de junho de 2013, e com as comemorações da Semana Nacional do Trânsito.

Portanto, a presença dos senhores e das senhoras, aqui, servidores públicos, agentes, reverte-se da maior importância. Com certeza, esse projeto de lei deverá tramitar rapidamente e ainda este ano vamos poder comemorar o Dia Estadual do Trânsito, dia 23 de setembro.

Senhor presidente, participei da assembleia geral dos agentes de trânsito há poucos dias, na cidade de Gaspar. Lá estavam presentes, aproximadamente, 100 agentes de trânsito de todo o estado, inclusive, de Chapecó, terra da deputada Luciane Carminatti. E nessa assembleia foi criado o sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina. Eles estão providenciando toda a documentação e fizeram uma assembleia bem organizada, bem representativa.

Temos como presidente do sindicato, o Sindatran, o sr. Silva; a diretora administrativa, sra. Tatiane e a diretora financeira, sra. Matilde e os demais membros da diretoria. Com a criação desse sindicato temos a convicção de que iremos conseguir o código, a carta sindical em Brasília, pois já levei o sr. Silva ao ministério do Trabalho, tratamos com a dra. Angélica da documentação para encaminhar o pedido desse código sindical e, certamente, iremos conseguir.

Assim, com a criação e organização desse sindicato, bem como com a organização efetiva dos agentes de Santa Catarina, temos a convicção de que poderemos trabalhar na qualificação desses profissionais, a qual é fundamental num plano de carreira para essa categoria. E, sobretudo, fazer contato com os deputados federais em Brasília, o que já está sendo feito através dos agentes, para que a PEC n. 55 possa ser aprovada e com isso tenhamos a regulamentação da profissão dos agentes de trânsito no Brasil.

Hoje, pela manhã, tivemos um seminário sobre mobilidade na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que é presidida pelo deputado Reno Caramori. Sabemos que o grande calcanhar de Aquiles das gestões públicas é realmente a mobilidade urbana e os grandes centros estão congestionados, o Brasil e o mundo estão congestionados. Então, esse é um grande desafio e nesse contexto, para melhorar a mobilidade urbana, precisamos de grandes investimentos na área de infraestrutura, no transporte aéreo, hidroviário, coletivo, mas não podemos esquecer que para melhorar a mobilidade urbana, a vida das pessoas, precisamos do trabalho educativo dos nossos agentes de trânsito.

Enquanto vocês organizam, orientam o trânsito, dão condições para os policiais militares efetivamente atuarem nas periferias das cidades coibindo a criminalidade, ou seja, os agentes liberam os policiais que muitas vezes acabam fazendo o trabalho do trânsito em nossas cidades.

Portanto, sejam bem-vindos, vocês estão de parabéns e acreditamos muito no trabalho eficiente, dedicado, honesto e aguerrido dos agentes de trânsito de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Fará uso da palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputadas.

Gostaria de fazer uma saudação especial à Guarda Municipal, ao IGP, à Polícia civil do município de Criciúma, porque nessa Semana Nacional do Trânsito, de 16 a 25 de setembro, estão realizando eventos, orientando sobre as questões de trânsito. E todos os agentes de trânsito acompanham, presenciando os abusos, os descuidos, a intolerância, às vezes, dos motoristas. Sabemos que todos têm que agir com muita cautela, pois é um trabalho que considero de relevância e bastante estressante.

Então, essa semana em Criciúma temos a presença do sr. Almir Fernandes, que é da Cruz Vermelha, mas também agente criminalístico; encontrei agora há pouco o diretor do IGP, perito criminal, dr. Rodrigo Tasso, o IGP sempre participando desses eventos; o sr. André Marcelino, que é agente de polícia e presidente da Jari; e o guarda municipal Farias. Inclusive, vários eventos com palestras sobre trânsito e também *blitz* educativas serão realizadas nos dias 24 e 25.

Na minha cidade, na época em que os delegados de Polícia eram nomeados, não precisava ser concursado, brincávamos sobre uma entrevista que um colega deu a uma rádio dizendo: "hoje vai haver uma *blitz* surpresa para pegar os motoqueiros sem capacete!" Naquela época existia muita teimosia por parte dos motoqueiros, que não usavam capacetes.

Mas essa que irá ser realizada agora, não será uma *blitz* surpresa, será de orientação, procurando aconselhar, orientar o motorista, é um trabalho muito importante.

Portanto, quero parabenizar o Almir Fernandes, de Criciúma, um policial civil, agente do IGP, pelas campanhas e pelo trabalho que faz na região. É importante registrar esse fato e também a importância do trabalho dos agentes de trânsito. Eu defendo que a Guarda Municipal também atue armada, pois é um reforço na questão de segurança pública nos estados.

Há poucos dias tivemos, promovida pelo vereador Carlos Ely Castro, em Itajaí, uma audiência pública, que tinha como objetivo a criação da Guarda Municipal naquele município. Esse vereador é aposentado, é agente da Polícia Federal, e defende também esse mesmo posicionamento para fortalecimento da Guarda Municipal.

Hoje também foi muito abordada nesta tribuna a questão das enchentes, a prevenção, a importância da previsão das enchentes pela Defesa Civil, pelo governo do estado, a orientação para os municípios e comunidade, e o deputado Jailson Lima, ficou muito entristecido por não ter sido citado o empenho do governo federal. Mas quero ressaltar que acompanhamos o governador Raimundo Colombo no último final de semana em todos os seus pronunciamentos, e que o nosso governo estadual faz questão de ressaltar a importância da parceria do governo federal, a preocupação da presidente Dilma Rousseff com o nosso estado, e a forma como tem aberto as portas da união e ajudado o estado catarinense. Tanto nas questões financeiras como nas questões econômicas e sociais, a nossa presidente tem sido uma grande parceira para o estado de Santa Catarina.

O governador Raimundo Colombo citou várias vezes o empenho da presidente Dilma Rousseff para a liberação da exportação da nossa carne suína para o Japão, país que não adquire de estados, só de um país. A presidente encaminhou o ministro da Indústria e Comércio ao Japão, para que ele mostrasse a importância, a qualidade do produto produzido

em Santa Catarina, e que fosse possível abrir mais esse mercado para a indústria catarinense. Estamos neste momento registrando a importância da harmonia do governo federal com o nosso governo estadual.

As dificuldades que existem por conta de licitações, infelizmente é um problema que emperra o nosso país. A judicialização das licitações, para quem perde, para quem é desclassificado, e a morosidade que isso provoca para o estado, município e união, quando querem realizar alguma obra. Hoje, infelizmente, as licitações e obras se decidem mais nos tribunais do que efetivamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0506/2013.

Srs. deputados, tendo em vista a visível falta de quórum qualificado, vamos retirar de pauta a Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2013.

Comunica, ainda, que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0596/2013, 0597/2013 e 0598/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0599/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0600/2013 e 0611/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0601/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0602/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0603/2013, 0604/2013, 0605/2013, 0606/2013, 0613/2013 e 0614/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0607/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0608/2013, 0609/2013 e 0610/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0612/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0615/2013, de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1.015/2013 e 1.016/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.018/2013, 1.019/2013, 1.020/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.021/2013, 1.022/2013 e 1.023/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.024/2013, 1.037/2013, 1.038/2013 e 1.039/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.025, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.026/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.027/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.028/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.029/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 1.030/2013, 1.031/2013, 1.032/2013 e 1.033/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.034/2013, 1.035/2013, 1.036/2013 e 01.040/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.041/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 1.042/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar o nosso Requerimento n. 1.037/2013, que cumprimenta as atletas da equipe feminina de voleibol pela conquista, de forma invicta, do bicampeonato estadual da Olesc.

Portanto, meus cumprimentos ao time do nosso município, Saudades, ao professor Darci e a todas as atletas que vêm fazendo um belo trabalho e tendo grandes conquistas no campeonato feminino estadual da Olesc. E o time foi mais uma vez campeão invicto neste ano.

Então, quero parabenizar toda a equipe, as atletas, a coordenação e os técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Pedido de Informação n. 0092/2013, de autoria do deputado Dirceu

Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando, por meio do governador do estado, informações sobre o programa e os serviços de alimentação escolar nas unidades escolares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da Ordem do Dia.

Conforme acordo das lideranças, vamos suspender a sessão para que possamos ouvir duas solicitações amparadas pelas lideranças desta Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença, nesta Casa, do empresário e prefeito de Garuva, que é a porta de entrada do estado de Santa Catarina, sr. José Chaves, acompanhado da assessoria de imprensa e do secretário de Agricultura, que fazem um excepcional trabalho naquela cidade.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Conforme requerimento dos srs. líderes, está suspensa a sessão por até 20 minutos, para que possamos ouvir os segmentos de duas entidades.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Da mesma forma, presidente, gostaria de saudar todos que estão visitando esta Casa.

Não sei quem foi o autor da ideia de trazer esse assunto, deputado Darci de Matos, mas há muito tempo, aqui na Casa, estamos nos deparando com a necessidade de a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo, aderir a este processo, pois lamentavelmente Santa Catarina tem o pior índice no Brasil, em termos de acidente, principalmente com mortes, e muito pouco é possível fazer.

Consideremos as péssimas condições das estradas, a péssima sinalização, mas especialmente a questão da imprudência dos motoristas ter causado em nosso estado, não apenas as mortes, mas também sobreviventes com traumas. Eu sou uma delas, ainda estou vivo graças ao *air bag*, mas há cinco anos sofrendo consequências. Perdi minha irmã e meu cunhado também em acidente de trânsito em Santa Catarina.

Acreditamos que esse assunto deva evoluir para uma disciplina escolar. É necessário que a educação de trânsito esteja nas escolas. As crianças devem, desde pequenas, ser orientadas sobre essa questão.

Quero parabenizar as pessoas que trabalham nesse segmento em Santa Catarina para diminuir esses índices. Parabéns a todos esses trabalhadores, aos que estão aqui presentes fazendo um alerta a todos nós, políticos, e aos catarinenses, sobre esse que é um dos grandes problemas deste estado, os acidentes.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, não podia deixar de registrar aqui - até porque, como já me manifestei, São Bento do Sul está comemorando 140 anos de

existência - que a Tatiane, que acabou de falar em nome de todos, é de São Bento do Sul.

Quero cumprimentá-la. Nós, parlamentares, precisamos incentivar a educação no trânsito. Portanto, quero parabenizar todos os agentes de trânsito pelo trabalho que exercem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero cumprimentar também os agentes e as agentes de trânsito que prestam um serviço importante aos catarinenses, que vêm aqui lutar pelos seus direitos e pela qualidade de vida da população dos municípios. Quero cumprimentar o deputado Darci de Matos, que vem movimentando e contribuindo com várias categorias deste estado.

Gostaria de frisar a importância do estado catarinense, brasileiro e dos municípios no apoio à população deste estado que mais uma vez sofre no oeste pelas graves tempestades de granizo, prejudicando a agricultura de vários municípios, e no litoral com os problemas das enchentes. Esperamos que a participação do estado e da sociedade possa amenizar toda essa problemática.

Quero também ressaltar, sr. presidente, que recebemos, hoje, uma notícia importante do ministério de Desenvolvimento Agrário, que anuncia a entrega do restante das retroscavadeiras, em final de outubro, para os municípios. O governo federal deu um importante apoio aos municípios fornecendo retroscavadeiras, motoniveladora, patrola e também caçamba, temos os primeiros municípios recebendo essas máquinas. Nos dias 25 e 26 de outubro, no oeste catarinense, serão entregues aos municípios restantes com a presença do ministro Pepe Vargas, para beneficiar a agricultura familiar.

Nós realizamos, ontem, a primeira audiência pública sobre o Código Florestal, no município de Pinhalzinho, com um grande número de lideranças da região, sindicalistas, cooperativistas, prefeitos, vereadores, foi uma boa audiência com muitas ideias debatidas. E amanhã vamos ter mais uma audiência pública, nesta Casa, discutindo esse tema.

Recebemos a notícia que dia 28 a ministra do Meio Ambiente estará em Porto Alegre lançando o cadastro ambiental rural, essa política tão reivindicada.

Então, vem em boa hora esse debate, sr. presidente, que estamos fazendo, através desta Casa, juntamente com a sociedade catarinense. Temos a expectativa de conseguir aprovar um bom projeto, uma boa lei que possa trazer muita tranquilidade aos nossos agricultores. Ontem, tivemos a primeira discussão, coordenada pelo deputado Mauro de Nadal, que preside a CCJ, em Pinhalzinho e Chapecó. Essa importante política construída em 15 estados brasileiros, privilegiando os municípios que possuem ações para a preservação ambiental.

Assim, estamos muito animados que Santa Catarina depois de muito tempo e décadas de debates aqui, nesta Casa, possa avançar para aprovar uma legislação adequada que valorize os nossos municípios que têm ações concretas, que trabalharam com muita força nesses últimos anos implantando ações para o tratamento do lixo, dos resíduos sólidos, na questão das reservas ambientais federais e estaduais, na implantação do pagamento dos serviços ambientais e tantas outras políticas.

Portanto, entendemos que o ICMS Ecológico é uma grande política de incentivo de valorização aos municípios que preservam. Realizaremos um conjunto de audiências públicas, já aprovadas na CCJ. Na próxima sexta-feira estaremos no município de São Bento do Sul para debater, depois Rio do Sul, Criciúma, ouvindo os representantes das regiões, as universidades, os comitês de bacias hidrográficas, as prefeituras municipais, lide-

ranças, vereadores e a sociedade em geral para ajudar neste debate e aprovarmos, nesta Casa, um bom projeto.

Sr. presidente, hoje pela manhã tivemos a presença do presidente da Celesc, a quem agradecemos por atender ao nosso convite, e fizemos uma boa discussão. Queremos dizer que o sr. Cleverson Sievert mostrou um bom conhecimento da empresa, mas entendemos que a gestão da Celesc precisa tomar, urgentemente, algumas iniciativas importantes na gestão da empresa. Temos, por exemplo, o acompanhamento que o Tribunal de Contas do Estado fez acerca dos contratos terceirizados com a Monreal, sobre a ampliação da terceirização. O referido órgão faz um alerta de que com a terceirização de serviços a própria empresa perde o sentido de existir como empresa pública quando na ponta, no atendimento à população, coloca serviço terceirizado em todas as áreas, seja na área das redes, na recuperação e no atendimento. E, por isso, faz uma chamada de atenção muito dura no seu Parecer n. 00421857, depois de uma auditoria nas centrais elétricas de Santa Catarina.

Além disso, vimos outras situações da falta de iniciativa da empresa para cobrar de volta o desvio de recursos da empresa Monreal. E, também, dias atrás foi novamente divulgado o problema das notas frias da Celesc. Que gestão é essa, deputado Sargento Amauri Soares, onde diretores regionais fazem compras e apresentam notas falsas, segundo o Ministério Público? A lesão da empresa pode chegar perto de R\$ 6 milhões. Não é troco, é muito dinheiro.

E o que nós vimos é que as pessoas continuam trabalhando, como o Valdeci José Brito, lá de Rio do Sul; o Arthur da Rosa Santos, do sul do estado, e essas pessoas são as responsáveis, segundo o Ministério Público, por esse possível desvio e compra de notas frias. Então, numa gestão de empresa precisa-se de seriedade e a cobrança dos atrasados pode ser feita pelos mecanismos jurídicos, como o SPC, Serasa e outros, ao invés de contratar uma empresa terceirizada para cobrá-los. E não se cobra. Por que não se cobra? Por que cortam a energia elétrica de uma família quando ela não paga a luz? E por que não se faz isso com os empresários quando eles não pagam a energia elétrica?

Por isso, hoje encaminhamos um pedido de informação, justamente para obter informações e saber quem são os grandes devedores! Por que a Celesc tem problemas financeiros? Precisa cobrar na Justiça se alguém lesou a empresa. A empresa precisa fazer isso, e não só entregar os documentos para o Ministério Público. Ela é que foi lesada, e precisa buscar os prejuízos de volta, precisa ter mais rigor na cobrança de pessoas que não pagam energia elétrica, enfim, isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KULHMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL, não vou ocupar os dez minutos, mas quero fazer um registro nesta tarde. Novamente o vale do Itajaí teve problemas com as cheias no final de semana, mais uma vez vários municípios, cerca de 50 cidades com problemas decretando estado de emergência, também ocorreram problemas de deslizamentos e alagamentos.

Fiquei surpreso com a união da população, mas ao mesmo tempo, deputado Sargento Amauri Soares, fiquei admirado com a capacidade de mobilização e organização das pessoas.

Estava presente ontem quando o governador Raimundo Colombo foi a Blumenau e deu uma entrevista coletiva, falou do trabalho

que o estado vai fazer, também falou do decreto de emergência, e lá tive a oportunidade de receber o relato do comandante Júlio, que comanda o Corpo de Bombeiros em Blumenau, e me contou a situação local. Eu o questioneei perguntando: Comandante, vocês estavam preparados, como foi a organização de vocês? Para minha surpresa, o comandante respondeu que os bombeiros estavam preparados, tinham viaturas, havia pessoas para ajudar, enfim, estavam totalmente organizados para atender a população, e a comunidade no caso de deslizamentos, no caso de socorrer uma casa. Eram cerca de dez viaturas, aproximadamente, pelo que o comandante relatou.

E perguntei: Comandante Júlio, quantas ocorrências os bombeiros atenderam nesse período? O comandante colocou que foram mais de 200 famílias desabrigadas em Blumenau, deputado Sargento Amauri Soares, e o número de ocorrências que o Batalhão de Corpo de Bombeiros atendeu durante as chuvas foi zero. Este é o número de famílias e pessoas que pediram socorro para o Corpo de Bombeiros de Blumenau. Foi zero! E eu me impressionei.

Por isso, estou nesta tribuna hoje, porque quero parabenizar a comunidade, parabenizar as pessoas, também os veículos de comunicação, porque foram antevendo a ocorrência de chuvas, divulgando para as pessoas como estavam acontecendo as coisas, o que iria acontecer, e as pessoas de forma muito organizada foram se mobilizando. Eu olhava na rua e via a população se organizando.

Lembrei a época em que era presidente de uma associação de moradores, quando não esperávamos pelo poder público, mas cada cidadão fazia a sua parte, ajudando o seu vizinho, ajudando a sua comunidade, ajudavam as pessoas que estavam em volta, ajudavam o próximo. Percebi o quanto o vale do Itajaí é forte, o quanto esse povo é organizado, o quanto esse povo luta, o quanto esse povo sabe se mobilizar e se organizar.

Por isso, fiz questão de ocupar hoje a tribuna, deputado Romildo Titon, para parabenizar a população do vale do Rio Itajaí, que deu demonstração de organização, demonstração de superação, e com a própria água da chuva, com a água do rio quando estava baixando, já estavam lavando as suas lojas, as suas ruas, lavando a calçada, lavando até o asfalto da via pública, mostrando o quanto esse povo do vale do Itajaí se supera.

Quero parabenizar todos que de alguma forma contribuíram, também o poder público e, principalmente, a comunidade do vale do Itajaí.

Queremos dizer que é para essas pessoas que temos que nos empenhar, srs. parlamentares, e que é para elas que estamos aqui e temos que cobrar que a Defesa Civil, o governo do estado e o governo federal façam a sua parte fazendo a elevação das barragens de Taió e de Ituporanga, construindo novas barragens no vale do Itajaí, construindo a barragem de Botuverá e fazendo obras de retificação e de melhoria do canal do rio para que justamente a água possa escoar, para que a água possa ser contida na nascente na parte onde é importante ser contida e para que realmente as pessoas estejam protegidas.

Mais uma vez, essa enchente demonstrou que o povo faz a sua parte. Mais uma vez, essa enchente mostrou que o povo do vale do Itajaí é organizado. Agora, cabe a nós, parlamentares e cabe ao governo do estado e ao governo federal continuarem com o plano de mitigação de cheias e desastres naturais no vale do Itajaí, fazendo com que essas obras do Pacto por Santa Catarina saiam realmente do papel; fazendo com que o radar meteorológico - e o governador Raimundo Colombo já deu a ordem de serviço, já foi contratado e deve ser instalado até a metade do ano que vem e estar

funcionando até lá - realmente funcione para melhorar as condições de previsibilidade; fazendo com que as obras das novas barragens e de elevação das atuais barragens realmente saiam do papel para proteger ainda mais o cidadão. Porque novamente o povo deu um exemplo para todos nós, mostrando que Santa Catarina, apesar de todos os desafios, é um orgulho para este país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, colegas deputados, público que acompanha esta sessão, gostaria de pegar o gancho do meu colega e amigo, deputado Jean Kuhlmann, que fez aqui um relato importante, trazendo dados estatísticos.

Lamentavelmente, mais uma vez, passamos por problemas no vale do Itajaí, desde o alto vale, médio vale e, especialmente, na foz do rio, com as cheias que estão sempre aí atormentando-nos e trazendo, infelizmente, momentos de apreensão, tristeza e dificuldades para a nossa região. Mas sempre com a solidariedade e o espírito que o povo tem, ele consegue sair rapidamente da crise e voltar à vida normal.

Mas o deputado Jean Kuhlmann relatou muito bem as ocorrências dessa enchente e falou especialmente da questão da prevenção. O que ocorreu de diferente, deputado, foi o alerta que foi dado com antecedência à população. Por isso queremos cumprimentar todos que estão envolvidos direta e indiretamente nesse prognóstico, nessa possibilidade de antever o problema das cheias. O nosso sistema de monitoramento foi melhorado especialmente através do Cindacta, no Morro da Igreja, em Urubici, que é responsável pelas informações antecipadas. E todos os analistas e a imprensa também colaboraram.

Quero também fazer uma menção especial ao prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, que esteve à frente, com toda a sua equipe, junto com o governo do estado e a Defesa Civil, liderando o processo de monitoramento e informação antecipada do alerta.

Dizia-me ainda na sexta-feira um grande amigo o seguinte: "Pelo amor de Deus, diga ao prefeito que ele não pode fazer isso. Ele está assustando a população. Olhe como há pessoas correndo aos supermercados para fazer o abastecimento! E se isso não vier a acontecer?" Eu lhe respondi que é melhor pecar pelo excesso do que errar, não passar a informação e depois haver uma tragédia.

Então, quero cumprimentar todos e também o deputado Jean Kuhlmann por ter feito aqui essa referência. Cumprimento também, é claro, o governo do estado, através da Defesa Civil, que está dando andamento ao projeto Jica, que desde 1983 e 1984 estava adormecido, infelizmente, por falta de recursos ou decisão política. Com isso agora as coisas vão acontecer, estão acontecendo. Vamos ter um alento para o vale do Itajaí.

Eu me socorro na história. Muitos conhecem a história de Hermann Blumenau, quando resolveu instalar aqui em Blumenau sua colônia, onde é Blumenau hoje. Para quem não se lembra, foram vários os motivos dele escolher aquela região. Primeiro, porque tinha que ir para o interior, não podia ficar na costa. A costa já estava desenhada e limitada para os açorianos. Os italianos e alemães tinham que ir para o interior. Tinham que ter um afastamento mínimo de 50 a 80km da costa. Mas o ponto principal da escolha daquela região foi que lá

não havia indígenas. E por que não havia índios? Porque os índios da época já sabiam que lá não era lugar para se morar porque vinha água.

Então, apenas para ilustrar, e mais uma vez parabenizar todos que estiveram envolvidos e com isso, graças a Deus, foi em muito amenizada a crise dessa enchente.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois Não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Gilmar Knaesel, com certeza, todos participaram. Acho que todos os prefeitos, todos se envolveram. Tivemos a oportunidade de ver nesse evento uma luta suprapartidária. Realmente, todos deixaram a questão política de lado e todos na sua responsabilidade fizeram o seu papel. Estão todos de parabéns.

Mas, quero aqui, só para acrescentar ao seu pronunciamento e para as pessoas entenderem, por exemplo, que o radar meteorológico que o governador contratou através do Pacto por Santa Catarina, que faz parte do plano de prevenção e mediação de cheias do vale de Itajaí, vai ser instalado no município de Lontras. Deve ficar instalado até metade do ano que vem e vai funcionar. Esse radar vai ter uma precisão tão grande que as pessoas vão saber, por exemplo, em qual o bairro, em qual localidade vai chover. As pessoas vão saber se a chuva vai acontecer antes ou depois da barragem, e se por isso, a barragem tem que ficar aberta ou fechada.

Então, isso vai dar um controle maior na questão da prevenção. E só a elevação das barragens já traria para Rio do Sul, se não me engano, aproximadamente um metro a menos de água do que aconteceu neste final de semana.

São tão importantes essas ações do Pacto por Santa Catarina, é tão importante esse plano de prevenção e mediação de cheias, que muitas pessoas não vêm e não vão ver as obras, mas vão sentir na pele a hora que não precisarem tirar os seus móveis de dentro da sua casa.

Por isso, esse projeto é muito importante e precisa do apoio de todos nesta Casa, de todos do governo do estado e do governo federal e de toda a sociedade.

Parabéns, deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. complementa meu discurso muito bem.

Quero dizer que a questão conduzida ao prefeito Napoleão deve-se ao fato de Blumenau atrair 100% das atenções. É lá que toda imprensa faz a cobertura. Claro que não posso deixar de parabenizar os outros municípios, os outros prefeitos, que também fizeram o seu dever de casa, participaram ativamente dessa fase de prevenção, de preparação da população, de sua retirada de locais onde a água invade com mais rapidez.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

# A T O S D A M E S A

## A T O S D A M E S A

### ATO DA MESA Nº 700, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, matrícula nº 6342, da função Assessoria técnica-administrativa - Redação Final e de Autógrafos das Proposições, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de novembro de 2013 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 701, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, matrícula nº 6342, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função Assessoria técnica-administrativa - Núcleo de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de novembro de 2013 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 702, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **LAURA CELESTE JAEGER GUBERT**, matrícula nº 6321, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função Assessoria técnica-administrativa - Redação Final e de Autógrafos das Proposições, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de novembro de 2013 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 703, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5639/2012/GABS/SEA,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nas condições previstas no Termo do Convênio Nº 0047/2011/2 celebrado entre os poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

**PRORROGAR** até 31 de dezembro de 2014, os efeitos do ato nº 763, de 19 de dezembro de 2012, que colocou à disposição da **SDR** - Laguna, a servidora **SIMONE DA ROSA TASSO**, matrícula nº 1146, a contar de 01 de janeiro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 704, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio, celebrado entre os Poderes Legislativo e a Prefeitura Municipal de Imbituba, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

**COLOCAR À DISPOSIÇÃO** da Prefeitura Municipal de Imbituba, até 31 de dezembro de 2014, o servidor **MARCOS FARIAS FERREIRA**, matrícula nº 1204, ocupante do cargo de Técnico Legislativo código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de novembro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 705, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, **RESOLVE:**

**INCLUIR** no Ato da Mesa nº 668, de 31 de outubro de 2013, retificado pelo Ato da Mesa nº 684, de 6 de novembro de 2013, o servidor: **ANDERSON AILTON BARBOSA**, Técnico Legislativo, matrícula nº 6395, que constituiu Comissão Especial para instalação de Processo Administrativo Disciplinar em substituição a servidora: **LYVIA MENDES CORREA**, matrícula nº 7213, que solicitou o desligamento da mesma.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 706, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**Retificar** o anexo do Ato da Mesa nº 072, de 28 de fevereiro de 2012, que publicou às habilitações dos cargos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:** "..., Luiz Roberto Locks, cargo de Analista Legislativo, Nível Superior, Habilitação Analista Legislativo.";

**LEIA-SE:** "..., Luiz Roberto Locks, cargo de Analista Legislativo, Nível Superior, Habilitação Odontólogo.".

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 707, de 26 de novembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 3288/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **CARLOS CASTILIO DE MATTOS**, matrícula nº 763, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-49, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-49 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 12 de dezembro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 150, de 20 de março de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 708, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1992/2010,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **TIAGO EMANOEL DE SOUZA**, matrícula nº 6319, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 26 de agosto de 2010; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 487, de 26 de outubro de 2010.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 709, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2147/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **LUIZ GUILHERME SELLA RIGONI**, matrícula nº 6303, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 15 de agosto de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 557, de 4 de setembro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 710, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2405/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **DIEGO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 6302, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 24 de fevereiro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 123, de 13 de março de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 711, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2490/2010,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **FABIO SOUSA QUEIROZ**, matrícula nº 6304, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 16 de dezembro de 2010; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 137, de 31 de março de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 712, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2072/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **RODRIGO MACHADO CARDOSO**, matrícula nº 6305, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 09 de agosto de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 558, de 4 de setembro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 713, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2262/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **LUCAS GABRIEL DINIZ**, matrícula nº 6311, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 23 de agosto de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 576, de 13 de setembro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 714, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0100/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **JUSSIE SEDREZ CHAVES**, matrícula nº 6313, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 01 de fevereiro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 107, de 8 de março de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 715, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0200/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 06 de fevereiro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 065, de 22 de fevereiro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 716, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1320/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **JULIANO DA COSTA AZEVEDO**, matrícula nº 6317, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 23 de agosto de 2011; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 336, de 05 de outubro de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 717, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2726/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 01 de outubro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 639, de 18 de outubro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 718, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2723/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** à servidora **LAURA CELESTE JAEGER GUBERT**, matrícula nº 6321, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 01 de outubro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 656, de 26 de outubro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 719, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1245/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **BRIAN VENCESLAU MICHALSKI**, matrícula nº 6328, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 10 de agosto de 2011, **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 282, de 30 de agosto de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 720, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1285/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **ANDERSON AILTON BARBOSA**, matrícula nº 6329, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 18 de agosto de 2011; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 347, de 19 de outubro de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 721, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2218/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **RAFAEL GHISI DUTRA**, matrícula nº 6343, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 20 de agosto de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 575, de 13 de setembro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 722, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2710/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO**, matrícula nº 6348, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 01 de outubro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 638, de 18 de outubro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 723, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0008/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** à servidora **RENATA ROSENER DA CUNHA**, matrícula nº 6342, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 03 de janeiro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 028, de 7 de fevereiro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 724, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2935/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** à servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, matrícula nº 6341, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 29 de outubro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 704, de 26 de novembro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 725, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2521/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** à servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA**, matrícula nº 6338, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 10 de setembro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 599, de 9 de outubro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 726, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0190/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

**ATRIBUIR** ao servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 06 de fevereiro de 2012; **tornando sem efeito** o Ato da Mesa nº 064, de 22 de fevereiro de 2012.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 728, de 26 de novembro de 2013**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível Conquistado
308	SUELI LOURENCO DE DEUS	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
441	SONIA VARELA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
451	MARILIA MACHADO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-42	PL/TEL-43
482	MARIA DA GRACA VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
517	ROSA MARIA DE LACERDA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
519	ALBERTO NEVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
631	MARIA DO BONSUCESSO V. KOERICH	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
641	TULIO CESAR MAFRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
688	NELISE REGINA DE SOUSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
704	AMILTON DE ARAUJO SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49

**ATO DA MESA Nº 727, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 470, de 02 de agosto de 2012, e considerando a orientação da Procuradoria Jurídica na Consulta do Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional de 13/09/2012, bem como o parecer da Diretoria Geral nela exarado.

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Agente Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Fundamental, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

**ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 727, de 26 de novembro de 2013**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível Conquistado
1138	SAULO DE OLIVEIRA	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
1154	CRISTINA LOPES DOS REIS	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
1380	GERALDO MARQUES	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
1451	BERNADETE REBELO DE SOUZA	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
1474	MIGUEL A. ATHERINO APOSTOLO	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
2087	MARIA MENDES DO NASCIMENTO	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
2131	EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
2159	VILSON JOSE FLORIANO	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 728, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 470, de 02 de agosto de 2012, e considerando a orientação da Procuradoria Jurídica na Consulta do Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional de 13/09/2012, bem como o parecer da Diretoria Geral nela exarado.

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

708	WILMAR SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
731	TANIA REGINA MARTINS	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
763	CARLOS CASTILIO DE MATTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
772	HENRIQUE JOSE DA COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
865	ARILTON ROGERIO ANDRADE PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
871	FABIO SPROTTE FLORIANI	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
873	JOAO PACHECO DOS REIS	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
895	DERLEI CATARINA DE LUCA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
902	OTAVIO KOLLING	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
915	LUIZ CESAR VERISSIMO	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
967	RONALDO ROLNEI SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
972	JOAO ANTONIO DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1012	HUDSON MENDES CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1027	LUIZ ALBERTO ORSI	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1031	PAULO BITTENCOURT	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1041	JOSE GARIBALDINO DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1083	JULIO CESAR SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1084	VALTER CLEMENTINO PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1089	MARIA DAS DORES REZENDE IZE	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1096	LUCIMAR EGINIO MARTINS	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1097	JORGE LUIZ BIELLA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1107	ANTONIO CESAR RIGO PICHETTI	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1115	WANDA MARIA NUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1116	NEREU BAHIA SPINOLA BITTENCOURT	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1133	ARLINDA SANDRI	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1136	EVELIN GISELE PIRES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1142	MARA LUCIA MANFREDINI PERUCHI	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
1144	RAQUEL TERESINHA OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1145	MARIA SALETE WILLEMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1151	LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1163	SONIA R. DO AMARANTE ARRUDA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1166	JOSE FILOMENO NETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1218	JAILTON DIAS DA CUNHA	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1243	EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1245	ZELIA CECILIA DUARTE HOFFMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1248	JULIO CESAR PRATES	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1264	IVALDO MAURICIO ERCKMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1265	EDER DE QUADRA SALGADO	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1292	LUIZ ROBERTO SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1304	JOENIO PIRES	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1330	MARCIA HELENA PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1333	RAQUEL NACK NUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1349	ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1373	JAYR DE OLIVEIRA MATTOS FILHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1399	CLAUDIO JOSE RAMOS COUTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1402	MARIA DE FATIMA BARRETO BECKER	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1406	ARNO JOAO JERONIMO	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1409	MARTHA F. GONZAGA CURIAL	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1419	MARIA LUCIA PINTO DA LUZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1420	ADROALDO MIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1425	SERGIO LUIZ CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1441	MAURILIO ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1447	ALAIR NAZARETE PACHECO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1450	ADEMIR BELONDINO DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1470	MARIO SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1473	MESSIAS MARCIANO DE SOUZA NETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1476	MARIA TERESINHA FARIAS	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1477	MAGDA BIANCHINI MATTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1482	RUBENS BEZ BATTI JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1490	ALVARO SELVA GENTIL FILHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49

1492	MARCO A. RODRIGUES NORONHA	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1500	CIRO SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1540	PAULO ROBERTO HERBST	Técnico Legislativo	PL/TEL-40	PL/TEL-41
1566	JOSE ALBERTO BRAUNSPERGER	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1583	VILSON VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1585	VANEO NIEHUES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1588	ZENAIDE MEYER	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1593	MAURECI VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
1605	OLIVIO ARMANDO DOS SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1608	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1622	ELIAS BRUNO STEINBACH	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1626	ANTONIO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1642	JOAO JOAQUIM OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-41	PL/TEL-42
1704	ROBERSON DORNBUSCH	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1787	GILMAR NUNES MAIA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1799	VALCI ANTENOR MANOEL DIONISIO	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1805	MAURO CESAR FERREIRA DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1809	SIMONE MARÇAL ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1823	MARIA DE LOURDES GHIZZO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1832	ANA MARIA GARIBOTTI	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1838	RUBENS MANOEL JUSTINO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1840	JACSON FERREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1851	GUIDO WIGGERS JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1870	ROSITA NUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1882	TANIA R. DE OLIVEIRA GUERREIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1889	ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1900	LOURIVAL BAPTISTOTI	Técnico Legislativo	PL/TEL-42	PL/TEL-43
1920	MARLISE KUPAS SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1947	LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1962	ARGILIO MELLO ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1965	PAULO CESAR COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1970	JORGE JOSE SALUM JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
1989	GUILHERMINA M. DOS SANTOS ENGEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2021	MIGUEL DONIZETE BABY	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2034	HELOISA HELENA DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
2041	AZUIR ADILIO DO NASCIMENTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2043	ROSILENE MARIA SODRE	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
2044	ADELIA FERRARI CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2063	MARIA ELISABETE MOREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-49	PL/TEL-50
2065	TEREZINHA RODRIGUES GONCALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2079	RAQUEL HELENA DE BORJA RAMALHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
2132	JOAO BATISTA PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
2139	SOLANGE B. RADTKE B. GONCALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
2142	EMIR JOSE DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
2188	LUIZ HENRIQUE BONATELLI DE MELO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
2686	CARLOS JOSE MORTARI	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
6300	MARIO C. MACHADO PACHECO	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6302	DIEGO VIEIRA DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6303	LUIS GUILHERME SELLA RIGONI	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6304	FABIO SOUSA QUEIROZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6305	RODRIGO MACHADO CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6306	GUSTAVO DZIS GIACOMINI	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6308	MAURI SILVEIRA DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6309	GABRIEL SCHRAMM SZENESZI	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6311	LUCAS GABRIEL DINIZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6312	LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6313	JUSSIE SEDREZ CHAVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6315	PEDRO SQUIZZATTO FERNANDES	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6316	MAURO SANTOS DE VARGAS	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6317	JULIANO DA COSTA AZEVEDO	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6318	EDUARDO LUIZ VENTURIN	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29

6319	TIAGO EMANOEL DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6320	ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6321	LAURA CELESTE JAEGER GUBERT	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6322	RICARDO ALMEIDA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6323	DANIEL DOMINGOS DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6324	JULIANA ELENA BASSETTI	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6328	BRIAN VENCESLAU MICHALSKI	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6329	ANDERSON AILTON BARBOSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6330	AUGUSTO CESAR FERREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6333	MARCIO WELTER	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6338	JULIANE GONÇALVES ROCHA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6341	VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6342	RENATA ROSENIR DA CUNHA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6343	RAFAEL GHISI DUTRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6345	CARLOS RENATO DOS SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6348	LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29
6361	ANY SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-26	PL/TEL-29

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 729, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 470, de 02 de agosto de 2012, e considerando a orientação da Procuradoria Jurídica na Consulta do Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional de

13/09/2012, bem como o parecer da Diretoria Geral nela exarado.

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Analista Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

**ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 729, de 26 de novembro de 2013**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível Conquistado
264	LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
408	CELSO JOAO DA ROCHA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
428	LEOGILDO AGENOR LINO	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
457	JOAO MARIA GOMES DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
460	ALESIO DOS PASSOS SANTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
485	CLAUDIO LUIZ SEBEN	Analista Legislativo	PL/ALE-67	PL/ALE-68
521	FERNANDO JOSE ALTHOFF	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
565	ADAURI PAULO SCHMITT	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
589	WILFREDO MEDEIROS DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-67	PL/ALE-68
619	ROSANGELA BITTENCOURT	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
622	MARIA DA GRACA MARQUES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
687	MARIA INES CATALANO	Analista Legislativo	PL/ALE-67	PL/ALE-68
696	ALBERTINA BARRETO DE MELO	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
711	ELIANE REGINA CORREA DE MATTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
753	MARIA DALVA STAHELIN	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
776	HELOISA CABRAL UCHOA REZENDE	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
844	CELIO CESAR DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
851	ALTAMIRO OSMAR KOERICH	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
860	ROSIMILIA LIMA FONSECA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
891	JOAO JOSE CANDIDO DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
904	NEWTON LADISLAU ZOMKOWSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
935	RICARDO CASCAES SABINO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
936	RENATO HERCILIO BERTOLDI	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
945	LUIZ OTAVIO GARCIA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
950	SCHEYLA GONCALVES DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
979	FLAVIA M. DE S. GODIM DE OLIVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
980	PEDRO IDERALDO SAMPAIO	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
984	MARIA ANGELA DE ARAUJO BORTOLUZZI	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
987	VERA LUCIA CRESPI GOMES	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1006	IVAN DE ALMEIDA VIANNA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1094	ALDO LUIZ GARCIA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1098	LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66

1101	MARCIA GONGAGA DE OLIVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1102	RUBENVALDO DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1103	ROSANI VIEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1105	SONIA V. DE CARVALHO BERNARDES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1117	TANIA MARIA NOWAKOWSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1137	CLARICE ROSA KUHL	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1146	SIMONE DA ROSA TASSO	Analista Legislativo	PL/ALE-62	PL/ALE-63
1150	FABIO FIGUEIREDO RIBEIRO	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1162	ANNA SORAYA BACHA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1170	JACQUELINE S. T. DE CARVALHO QUARESMA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1179	RUBENS CHAVES VARGAS	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1201	ADILSON AGENOR PERES	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1202	OTAVIANO EDUARDO PAMPLONA	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1210	SIOMARA GONCALVES VIDEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1237	ALVARO PACHECO DE SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1238	ITAMAR JOSE EFFTING	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1249	TANIA MARIA HILSENDEGER DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1255	MARIA GERALDINA DA SILVA SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1258	JANIO MENDONCA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1269	SIRLENE MICHELS ZUNINO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1294	DEBORA MARA CARDOSO BORGES	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1300	ISABEL CRISTINA CARNEIRO SCHAEFER	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1302	MANOEL GONZAGA DE OLIVEIRA NETO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1353	WALMA CORREA SANTA RITTA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1354	IVETE T. ROMANI CARNEIRO TAVARES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1362	MARIA DE FATIMA RAMPINELLI SIMON	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1365	DORLI FELIPPI	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1377	DULCINEA REGIS	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1390	MARISE ORTIGA ROSA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1416	ROSANI GRACA BENTO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1424	JERO DOS PASSOS ESPINDOLA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1426	THESSALIA MAY RODRIGUES	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1429	CARLOS HENRIQUE MACHADO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1437	IWANA LUCIA LENTZ	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1472	MARIO ROBERTO BOTT HABLITZEL	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1491	ELIANA DE FREITAS RIBEIRO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1497	ANNE LEONOR VIEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-59	PL/ALE-60
1503	CRISTINA LIGOCKI PINTO WESCHENFELDER	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1507	EDUARDO ROCHA	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1510	ESTELA MARIS ROSSINI	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1533	MIRIAM CRISTINA VALLE DALBOSCO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1546	VANIA M. CARRICO DE O. D. PERDIGÃO	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1553	AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1558	BERNARDETE CARLESSI	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1563	HELOISA HELENA CARDOSO	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1568	LUCIA HELENA COELHO PRAZERES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1573	MARCIA OTILIA SASSO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1574	MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1592	MARI ANGELA PAULI CUSTODIO	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1597	PAULO ROBERTO ARENHART	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
1601	ROMEU FRANZONI JUNIOR	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1604	LIANA JUK COUTINHO	Analista Legislativo	PL/ALE-62	PL/ALE-63
1609	NADIA MAKHOUL NEVES	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1620	HUGO GREGHI	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1638	KATIA LOTTIN	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1705	IVONE DE FATIMA BONOMINI DE LUNA	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1746	FLORINDO TESTONI FILHO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1749	SANDRA MARA COELHO	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1792	MARCOS ANTONIO SILVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1802	JACOB TANCREDO KNABBEN	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1810	SORAIA MARÇAL BOABAI	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70

1811	CELITA PINTO FORTKAMP	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1812	CLEUSA BOTELHO CRIPPA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1818	DENISE VIDEIRA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1825	FERNANDA S. V. GUIMARÃES TORRES	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1841	SONIA MARIA DOS PASSOS	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1842	BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1847	ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1849	IONE TEREZINHA REIS DE MELO	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1858	IMER CALDAS	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1859	CRISTIANY GEVAERD ZOSCHKE	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1884	ANTONIO ORLANDO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1892	MONICA MACHADO MEYER	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1908	EDSON BIAZUSSI	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
1909	SANTINA SILVESTRI	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1915	ANDREA RIBEIRO BITTENCOURT	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1927	RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
1942	RONEDY DE BONNA PIVA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1948	GILSON LUIZ BORGES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1959	ZILA FALCK BORTOLINI	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1969	MARISTELA DARONCO DA SILVEIRA LIMA	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
1985	MARISA FERNANDEZ PHILIPOVSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1988	GICELA DE AGUIAR SANTANA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
2003	CLOVIS NELSON PIRES DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2037	FREDERICO ALEXANDRE CRIPPA	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
2047	TULIA DE FREITAS RIBEIRO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2055	RICARDO BULCAO VIANNA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2066	ANA MARIA DE QUEIROZ GARCIA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2084	MARIA APARECIDA ORSI	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
2088	LEONARDO SALVINI	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
2089	SORAYA FINCO FARIA	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
2094	TERESINHA BLOEMER PICKLER	Analista Legislativo	PL/ALE-62	PL/ALE-63
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
2114	ELIZABETE OLINDA GUERRA	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
2125	ALEXANDRE MELO	Analista Legislativo	PL/ALE-62	PL/ALE-63
2130	MARIA APARECIDA LEITAO PACHECO	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
2133	SARA LONI LEEPKN MEDEIROS	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
2138	CLERSON LARROYD	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2144	ROSALBA FIUZA LIMA	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
2152	CELIO ANTONIO	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
2169	SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2172	WELLINGTON JOSE ZOMKOWSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2177	ANA MARIA FADEL NEVES	Analista Legislativo	PL/ALE-66	PL/ALE-67
2189	JORGE ROBERTO KRIEGER	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2198	SAMIR MACHADO	Analista Legislativo	PL/ALE-69	PL/ALE-70
2537	CINTIA MARA SCHE VIEGAS	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2573	MARIA MARCON CORREA	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
3072	ANGELA APARECIDA BEZ	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
3129	LORIS ZAKHARIA NASSAR CAMISAO	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
3279	DILCIONIR JOSE GHELLERE	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4343	RUBIA CARINE ESBROLIO	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4344	SIBELLI D'AGOSTINI	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4345	ANA RITA MORICONI DE SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4346	ELIANA BARCELOS	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4347	RENATA HAZAN NAPOLEAO SALLES	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4349	CARLA GRECO GRANATO	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4358	LISANDREA CRISTINA DA COSTA	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
4405	EDUARDO DELVALHAS DOS SANTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4406	ELZAMAR ALVES DANTE	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4633	SILVIA REGINA SILVEIRA DA ROSA	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4663	LUIZ ROBERTO LOCKS	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4961	ANA MARIA ALANO	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56

4968	ALMERINDA LEMOS THOME	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4990	MARIA NAGIBA ZATTAR	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
4992	ADRIANA HELENA DE SOUZA GEZAK	Analista Legislativo	PL/ALE-55	PL/ALE-56
5280	ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
5361	GUTIERES BARON	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6325	FABIOLA FERREIRA DE MACEDO	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6327	DEYSE APARECIDA FERREIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6331	HUMBERTO MACHADO FILHO	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6332	ELIAS AMARAL DOS SANTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6334	ALBERTO CECHETTO BECK	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6335	ALEXANDRE JOSÉ BACK	Analista legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6337	MARIA HELENA SARIS	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6339	ALLAN DE SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54
6340	DELUANA BUSS	Analista Legislativo	PL/ALE-51	PL/ALE-54

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 730, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 470, de 02 de agosto de 2012, e considerando a orientação da Procuradoria Jurídica na Consulta do Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional de

13/09/2012, bem como o parecer da Diretoria Geral nela exarado.

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Manoel Mota - Secretário

**ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 730, de 26 de novembro de 2013**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível Conquistado
176	NAZARILDO TANCREDO KNABBEN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
295	JOSE LUCIO BUCHELLE	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
424	JOSE CARLOS DA SILVEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
438	SALVIO ZULMAR DE SOUZA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
513	FAUSTO BRASIL GONÇALVES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
550	HENRIQUE RAMOS FILHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
581	SERGIO AUGUSTO MACHADO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
614	SORAIA BEATRIZ BACHA NASCIMENTO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
617	ERALDO KFOURI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
620	SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA	Consultor Legislativo I	PL/ASI-59	PL/ASI-60
633	LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
638	ARMANDO JOSE MULLER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
658	VERA LUCIA PEREIRA PACHECO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
675	MARGARET BITTENCOURT	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
694	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
717	CECILIA BIESDORF THIESEN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
730	CLEIA MARIA BRAGANHOLO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-63	PL/ASI-64
743	JOSE BUZZI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
766	JOAO OSCAR KRIEGER MERICCO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
784	ZANY ESTAELE LEITE	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
787	TOBIAS WAGNER JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
840	EDUARDO BALDUINO MACHRY	Consultor Legislativo I	PL/ASI-59	PL/ASI-60
843	MANOEL RENATO BACK	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
866	MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-60	PL/ASI-61
929	ERADIO MANOEL GONCALVES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
937	REINHARD RICHTER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
976	ROBERTO TAGLIARI LIMA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
1010	FABIO MATIAS POLLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1011	PAULO H. ROCHA FARIA JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1020	PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1025	EPITACIO BITTENCOURT SOBRINHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1092	DEJANE LUIZA BORTOLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62	PL/ASI-63
1104	ANA LUCIA C. MIGNONI BOTELHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
1114	HENRIQUE VAZ	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70

1126	MARIA M. BITTENCOURT RAMOS	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
1253	FRANCISCO JOAO DA ROSA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1285	JOSE CARLOS CARVALHO DE LIMA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1287	LEIA MENDES COOK	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1290	HELOISA MARA LISBOA VIEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1357	MARCIO LUIZ PAVAN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1360	MARIA NEUZA MARCELINO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1363	MIRIAM ALICE DE A. F. KRIEGER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
1458	GERSON R. DE BANDEIRA PAMPLONA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1459	GILBERTO SIMOES DE BONA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1475	MARCELO DE PAULA RIBEIRO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1517	JOACIR MONTAGNA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62	PL/ASI-63
1524	JOSE PAULO PEREIRA DA SILVA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1527	MARCELO AUGUSTO COSTA RICHARD	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
1539	PAULO RICARDO MERLIN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-69	PL/ASI-70
1556	ANTONIO CARLOS VIEIRA JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1582	SILMARA QUINTAO DA SILVEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1671	NIRACI CHIMINELLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
1678	IVENS ANTONIO SCHERER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1729	MARCOS GRAFF CESAR	Consultor Legislativo I	PL/ASI-58	PL/ASI-59
1741	BERTILO BORBA	Consultor Legislativo I	PL/ASI-59	PL/ASI-60
1756	NEROCI DA SILVA RAUPP	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62	PL/ASI-63
1806	LUCIANO SERPA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1830	PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1839	CESAR LUIZ BELLONI FARIA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1843	FABIANO A. FERNANDES KRIEGER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1844	CLAYTON AVILA ALVES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1845	EDNA ROSALINA SCHUMACHER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1902	MYLLENE VIEIRA CAMILLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1917	LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS	Consultor Legislativo I	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1921	MARCELO DOMINGUES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1933	JOSE MAURICIO CORDEIRO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1936	FABIO DE MAGALHAES FURLAN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
2123	MARIA DE LOURDES NASARIO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67
2186	CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
2187	NADIESDA GHIZZO SCHMIDT	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62	PL/ASI-63
2192	PAULO RICARDO GWOSZDZ	Consultor Legislativo II	PL/ASI-60	PL/ASI-61
2213	SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
2538	ISABELA VIEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
2543	JUCARA HELENA REBELATTO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66	PL/ASI-67

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 731, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2365/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011,

**ATRIBUIR** à servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA**, matrícula nº 6341, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, observado o disposto nos incisos I e II do §1º do art. 28 da referida Resolução; com efeitos a contar de 22 de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 732, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2377/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011,

**ATRIBUIR** à servidora **CAROLINA SCHROEDER VIEIRA**

**FERNANDES**, matrícula nº 7173, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, observado o disposto nos incisos I e II do §1º do art. 28 da referida Resolução; com efeitos a contar de 24 de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 733, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2350/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011,

**ATRIBUIR** à servidora **FABIOLA PROBST**, matrícula nº 7210, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, observado o disposto nos incisos I e II do §1º do art. 28 da referida Resolução; com efeitos a contar de 18 de outubro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 734, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2226/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **ALBERTO JOSE SILVEIRA DE SA**, matrícula nº 1268, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondentes a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3 e 12,50% (doze vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos através da Resolução nº 1416/1991, de 22/7/1991, totalizando 97,50% (noventa e sete vírgula cinquenta por cento), com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança.

**Art. 2º** Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 735, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2313/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **DIÓGENES DOMINGOS GRIGOLO**, matrícula nº 1722, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondentes a 0,84% (zero vírgula oitenta e quatro por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3; e 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, mediante substituição de 14,17% (quatorze vírgula dezessete por cento) da diferença de seu cargo efetivo e o de Auxiliar

de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, concedido pela Resolução nº 1211/1991, de 13/6/1991, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança.

**Art. 2º** Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 736, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2434/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **ANNA SORAYA BACHA**, matrícula nº. 1162, no cargo de Analista Legislativo/Enfermeiro, código PL/ALE-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de dezembro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 737, de 26 de novembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2424/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, ao servidor **WILFREDO MEDEIROS DA SILVA**, matrícula nº. 589, no cargo de Analista Legislativo/habilitação Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de dezembro de 2013.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente em exercício  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia trinta de outubro do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Serafim Venzon, reuniram-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: Altair Silva, Ana Paula Lima e Carlos Chiodini. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 6ª reunião que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente, Deputado Serafim Venzon, colocou em discussão e votação os projetos de lei de números: PL./0303.2/2012, relatado pelo Senhor Deputado Altair Silva e PL./0324.7/2013, relatado pelo Senhor Deputado Ismael dos Santos, que foram aprovados por unanimidade. Continuando, foram relatados os ofícios de números: OF./0663.8/2013 e OF./0206/2013, relatados pela Senhora Deputada Dirce Heiderscheidt e o ofício de número: OF./0658/2013, relatado pela Senhora Deputada Ana Paula Lima, que, em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou e reunião da qual, eu, Any Santos, Chefe da Secretaria, digitei a Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em trinta de outubro de dois mil e treze.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISOS DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 2475/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 033/2013, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 16 HORAS, SOBRE O TEMA "CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - RESCISÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES", A SER MINISTRADO PARA 40 SERVIDORES.**

#### Item 01 - CONTRATAÇÃO DE CURSO

Vencedora: Editora Caput Ltda. EPP

Valor do Último Lance: R\$ 10.000,00

Florianópolis, 25 de novembro de 2013.

BERNADETTE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2521/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 034/2013, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: Aquisição e instalação de cabos de fibra óptica entre o Palácio Barriga Verde e o Morro da Cruz, incluindo todos os materiais necessários, a fim de viabilizar a transmissão do sinal digital aberto da TVAL.**

Vencedora: BEE2B INFORMATICA LTDA ME

Valor do Último Lance: R\$ 119.200,00

Florianópolis, 26 de novembro de 2013

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO****OFÍCIO Nº 715/13**

Encaminha documentação da associação Amigos do Estado de Santa Catarina (AMIESC), de Imaruá, solicitando a elaboração de projeto de lei de declara de utilidade pública.

Genoval da Silva Oliveira  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 19/11/13

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 2595, de 21 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
866	MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI	90	7/11/2013	2563/2013
1801	MABEL SANTOS DA SILVA	20	1º/11/2013	2564/2013
622	MARIA DA GRACA MARQUES	60	29/10/2013	2565/2013
1084	VALTER CLEMENTINO PEREIRA	60	19/10/2013	2566/2013
1152	JANDIRA LEONILDA MENEZES	70	19/10/2013	2567/2013
1096	LUCIMAR EGINIO MARTINS	90	30/10/2013	2574/2013

**Replicada por incorreção**

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2597, de 21 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no Ato da Mesa nº 397/2011, de 29/11/2011,

**PUBLICAR A ESCALA DE FÉRIAS** dos servidores da Assembleia Legislativa relativas ao exercício de 2013, com fruição no mês de janeiro/2014, conforme quadro abaixo:

Matrícula	Nome	Data de Início
6024	NILVO DORINI	02/01/2014
6107	DENISE JUSTI LOPES	02/01/2014
6207	SANDRO LUIZ FAVERO	02/01/2014
5907	VANDUIR MATIAS DETERS	02/01/2014
5977	JOSE CARLOS DA ROSA	02/01/2014
7167	GILMAR EDSON KOEDDERMANN	02/01/2014
7166	MARIA SIMONE DA SILVA OLIVEIRA	02/01/2014
7168	OSNI NARDELLI	02/01/2014
6932	EDIKE ROGÉRIO ALVES CARNEIRO	02/01/2014
7169	NILTON CORREA DO ROSARIO	02/01/2014
7170	ZILDOMAR TEOFILO DEUCHER	02/01/2014
7171	LUCAS WILSON GOTARDO	02/01/2014
7172	MELISA BERGONSI	02/01/2014
7182	ANA PAULA DA SILVA	02/01/2014

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2598, de 26 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARIA MADALENA DA SILVA**, matrícula nº 6297, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-73, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 22 de novembro de 2013 (Liderança do PP).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2599, de 26 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2550/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento do servidor **JUCEMAR MENDES MATHEUS**, matrícula nº 6529, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 19 de novembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2600, de 26 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Concedido	Total	Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
MARIA MARCON CORREA	2573	3%	30%	25/10/2013	2442/2013
OLGA KOZOWSKI MIELKE	5601	3%	6%	6/11/2013	2478/2013
ISABEL BAMPI DE SOUZA	3142	3%	12%	6/11/2013	2479/2013
EDILSON ERMES SIQUEIRA	5206	3%	3%	7/11/2013	2502/2013
IARA MIRANDA CAMPOS	6525	3%	3%	17/11/2013	2551/2013
ALINE MAINARDI	6208	3%	3%	17/11/2013	2552/2013
ANA PAULA DE SOUZA	5553	3%	6%	16/11/2013	2553/2013

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2601, de 26 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2555/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** a servidora **IWANA LUCIA LENTZ**, matrícula nº 1437, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 8 de março de 2008 a 9 de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

## PARECER

**Projeto de Lei:** 0415.9/2013.

**Origem:** Poder Executivo.

**Ementa:** “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014”.

**Relator:** Deputado Gilmar Knaesel.

### PARECER PRELIMINAR

Senhoras Deputadas,  
Senhores Deputados,

#### I - RELATÓRIO

Usando das prerrogativas regimentais que nos concede o art. 128, inciso VI, do Regimento desta Assembleia Legislativa, AVOCAMOS o Projeto de Lei em referência, que **“Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014”**, encaminhado a este Poder pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cuja Mensagem Nº 1048 se faz acompanhada da Exposição de Motivos - EM Nº 302/2013 da Secretaria de Estado da Fazenda, a qual destaca o desdobramento do Projeto de Lei em sua disposição preliminar, seus capítulos, seções e disposições finais.

A matéria foi lida na Sessão do dia 01/10/2013 e remetida à Comissão de Finanças e Tributação, à qual compete a análise das proposições sob os aspectos financeiros e orçamentários, na forma do art. 73 do Regimento Interno desta Casa.

Inicialmente, há que se proferir o Relatório Preliminar sobre a matéria, o que fazemos com base nos fatos e fundamentos que passamos a expor:

Em síntese, o orçamento público é um instrumento de planejamento das ações governamentais no qual contera a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo.

Na elaboração do referido Projeto de Lei, verificamos a consolidação da nova forma de gestão pública no Estado, fundamentada na descentralização e na busca do desenvolvimento regional equilibrado. Para o atendimento das prioridades da administração pública estadual para o exercício de 2014, foram programadas as ações e subações discriminadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Estadual.

Preliminarmente, lembramos aos nobres Parlamentares desta Casa Legislativa que a tramitação do Projeto de Lei Nº 0378.0/2013, que **“altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011”** em rito ordinário, segundo determinações do artigo 278 do Regimento Interno”.

Portanto, para estabelecermos o rito especial deste Projeto, teremos que considerar a análise realizada em primeiro lugar as Emendas Parlamentares, frente ao aprovado no Projeto de Revisão do Plano Plurianual,.

O Projeto de Lei Orçamentária que “estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014”, compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto.

Preconiza a Constituição Estadual no seu art. 120, § 4º que a lei orçamentária compreenderá:

“Art. 120...

§4º .....

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública;

II - o orçamento de investimento das empresas cujo controle seja, direta ou indiretamente, detido pelo Estado;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades, órgãos e fundos da administração pública a ela vinculados”.

Segundo o Secretário de Estado da Fazenda, a proposta orçamentária ora apresentada foi elaborada em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o orçamento público, com a Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000 e com a Lei Nº 16.083, de 06 de agosto de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e com a Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011 - Plano Plurianual - PPA 2012/2015, e suas revisões.

As ações de governo foram definidas a partir de programas concebidos de acordo com as orientações estratégicas do Plano de Governo, fundamentadas na tríade descentralização administrativa, participação comunitária e desenvolvimento regional.

A Proposta Orçamentária ora em análise dá continuidade à concretização dos objetivos dos programas do Governo do Estado, que visam promover avanços na qualidade da educação e da saúde pública; garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; melhorar as condições de moradia e saneamento; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis e ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia catarinense potencialize as oportunidades de crescimento. Tem ainda como premissas básicas a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses e o desenvolvimento econômico regionalizado.

Ainda, segundo o Secretário Estadual da Fazenda, o Governo do Estado continuará mantendo um controle sobre as despesas, buscando o equilíbrio das contas públicas e a locação eficiente dos recursos, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Enfatizará a modernização da gestão pública e a articulação e coordenação das ações, visando a redução de despesas e o incremento da receita, a preservação dos investimentos programados, bem como o cumprimento das previstas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fical do estado.

No âmbito das prioridades para o exercício de 2014, foram programadas subações, descritas no Anexo de Metas e prioridades da Administração Pública Estadual, constante da Lei nº 16.083, de 06 de agosto de 2013 - Lei de Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, que contemplam as subações inseridas pelo Governo do Estado, cujas obras e serviços retratam os investimentos estaduais elencados no Pacto por Santa Catarina a serem executados com recursos provenientes de operações de crédito internas e externas.

Por fim, enfatizamos que a proposta orçamentária orienta-se para a manutenção de um desenvolvimento econômico e social sustentado, embasado na solidez das finanças públicas e num perfil de crescimento que busca a melhoria do bem estar de toda Santa Catarina.

Com base no conteúdo do PL Nº 0311.2/2012, que “Estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2013” - cujo teor e devida Exposição de Motivos estão nos anexos do Projeto de Lei - teremos algumas considerações preliminares que serão analisadas de forma mais completa e detalhada por ocasião do relatório final.

#### 1.1 DA ESTIMATIVA DA RECEITA PARA 2014

A receita orçamentária foi estimada em R\$ 21.256.337.086,00 (vinte e um bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e sete mil e oitenta e seis reais), correspondendo a um crescimento de 9,84% em relação a Lei nº 15.944, de 21 de dezembro de 2012, - LOA 2013, excluídas as receitas do Orçamento de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com o direito a voto.

Sendo que R\$ 18.985.274.093,00 (dezoito bilhões, novecentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil e noventa e três reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 2.271.062.993,00 (dois bilhões, duzentos e setenta e um milhões, sessenta e dois mil e novecentos e noventa e três reais), do Orçamento da Seguridade Social.

O Orçamento de Investimento, conforme o artigo 9º deste projeto ora em análise, compreende o orçamento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém o capital social com direito a voto, a receita estimada em R\$ 1.928.381.061,00 (hum bilhão, novecentos e vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, e sessenta e um reais), se compararmos com a Lei Orçamentária em vigor, é inferior a 8,54%.

Destacamos ainda em nossa análise preliminar, a Receita Corrente Líquida que está estimada em R\$ 17.467.830.078,00 (dezessete bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e trinta mil e setenta e oito reais), representando um incremento de 8,46%, se compararmos com a orçada para 2013, projetada em R\$ 16.104.874.831,00 (dezesseis bilhões, cento e quatro milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e oitocentos e trinta e um reais); enquanto que a Receita Líquida Disponível está estimada no valor de R\$ 11.700.000.000,00 (onze bilhões e setecentos milhões de reais), representado um crescimento de 9,44%, se compararmos com Lei 15.944 de 21 de dezembro de 2012 - LOA - 2013.

A Receita de Capital, que alteram o patrimônio duradouro do Estado, oriunda de operações de crédito interna e externa está estimada em R\$ 1.890.570.760,00 (Um bilhão, oitocentos e noventa milhões, quinhentos e setenta mil e setecentos e sessenta reais), representando um crescimento de 22,15%, se compararmos com a Lei Orçamentária em vigor. Na composição da Receita de Capital do

Projeto de Lei ora em análise, não estão computados os recursos provenientes da nova operação de crédito que o Poder Executivo contratou e esta Casa aprovou junto ao Banco do Brasil S.A. no valor de 2 (dois) bilhões de reais.

As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, de contribuição e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente são estimadas com o seguinte desdobramento:

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS**  
**Recursos de Todas as Fontes**

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
<b>1. - RECEITA DO TESOURO</b>		
1.1 - RECEITAS CORRENTES	22.432.639.403	105,53
1.1.1 - Receitas Tributárias	17.952.912.821	84,46
1.1.2 - Receita Patrimonial	302.811.092	1,42
1.1.3 - Receita de Serviços	478.448	0,00
1.1.4 - Transferências Correntes	3.979.079.936	18,72
1.1.5 - Outras Receitas Correntes	197.357.106	0,93
1.2 - RECEITAS DE CAPITAL	1.890.570.760	8,89
1.2.1 - Operações de Crédito	1.890.570.760	8,89
1.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.319.021.583	-34,43
1.3.1 - Deduções da Receita Tributária	-6.925.978.789	-32,58
1.3.2 - Transferências Correntes	-332.093.363	-1,56
1.3.3 - Outras Deduções	-60.949.431	-0,29
<b>TOTAL DA RECEITA TESOURO</b>	<b>17.004.188.580</b>	<b>79,99</b>
<b>2. - RECEITAS DE OUTRAS FONTES - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>		
2.1 - RECEITAS CORRENTES	3.113.197.087	14,64
2.1.1 - Receita de Contribuições	558.458.166	2,63
2.1.2 - Receita Patrimonial	98.405.366	0,46
2.1.3 - Receita Agropecuária	2.522.265	0,01
2.1.4 - Receita Industrial	14.523.702	0,07
2.1.5 - Receita de Serviços	465.821.544	2,19
2.1.6 - Transferências Correntes	1.643.866.850	7,73
2.1.7 - Outras Receitas Correntes	329.599.194	1,55
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	114.298.702	0,53
2.2.1 - Alienação de Bens	10.442.887	0,05
2.2.2 - Amortização de Empréstimos	41.112.587	0,19
2.2.3 - Transferências de Capital	62.743.228	0,30
2.3 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-160.964.358	-0,76
2.3.1 - Dedução da Receita de Contribuições	-230.410	0,00
2.3.2 - Dedução Receita Patrimonial	-151.825	0,00
2.3.3 - Dedução Receita Industrial	-88	0,00
2.3.4 - Transferências Correntes	-159.675.280	-0,75
2.3.5 - Outras Deduções	-906.755	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES</b>	<b>3.066.531.431</b>	<b>14,42</b>
<b>3. - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		
3.1 - RECEITAS CORRENTES	1.182.081.682	5,56
3.1.1 - Receita de Contribuições	904.199.172	4,25
3.1.2 - Receita Patrimonial	1.133.590	0,01
3.1.3 - Receita Industrial	5.000.000	0,02
3.1.4 - Receita de Serviços	162.895.101	0,77
3.1.5 - Outras Receitas Correntes	108.853.819	0,51
3.2 - RECEITAS DE CAPITAL	3.535.393	0,01
3.2.1 - Outras Receitas de Capital	3.535.393	0,02
<b>TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.185.617.075</b>	<b>5,57</b>
<b>TOTAL</b>	<b>21.256.337.086</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEF - PL Nº 0415.9/2013

**1.2 DA FIXAÇÃO DA DESPESA PARA 2014**

A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 21.256.337.086,00 (vinte e um bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil e oitenta e seis reais), segundo a Secretaria e Estado da Fazenda, obedecendo a preceitos constitucionais e legais, às diretrizes orçamentárias para 2014 e o Plano Plurianual - PPA

2012- 2015, sendo que R\$ 15.286.652.408,00 (quinze bilhões, duzentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e oito reais), do Orçamento Fiscal; e R\$ 5.969.684.678,00 (cinco bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e setenta e oito reais), do Orçamento da Seguridade Social.

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA**  
**E GRUPO DE DESPESA**

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
<b>1 - Despesas Correntes</b>	<b>17.271.370.625</b>	<b>81,26</b>
1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.358.876.979	48,73
1.2 - Juros e Encargos da Dívida	748.493.497	3,52
1.3 - Outras Despesas Correntes	6.164.000.149	29,00
<b>2 - Despesas de Capital</b>	<b>3.881.180.226</b>	<b>18,26</b>
2.1 - Investimentos	3.288.038.776	15,47

2.2 - Inversões Financeiras	25.141.450	0,12
2.3 - Amortização da Dívida	568.000.000	2,67
3 - Reserva de Contingência	103.786.235	0,48
3.1 - Reserva de Contingência RPPS	102.786.235	0,48
3.2 - Reserva de Contingência	1.000.000	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.256.337.086</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEF-PL Nº 0415.9/2013.

A despesa total com pessoal foi fixada de acordo com o art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, totalizando o valor de R\$ 10.358.876.979 (dez bilhões, trezentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais), 15,63% maior se compararmos com a Lei Orçamentária vigente.

Segundo o art.18 da LRF, a despesa total com pessoal compreende gastos de caráter remuneratório, de ativos, inativos e pensionistas. Dessa forma embora impactem no caixa do tesouro do Estado, para fins de verificação dos limites da LRF, não devem ser considerados no cálculo referente a verbas indenizatórias, bem como as despesas com serviços terceirizados, em elemento de despesa específico. Além disso, é importante ressaltar que o art. 19º da LRF estabelece que não devam ser computados como despesas de pessoal os inativos e pensionistas custeados com recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social do Servidor do Estado - RPPS, bem como as decisões judiciais e despesas de exercícios anteriores de competência anterior ao período de apuração.

A relação entre o total de gastos com pessoal e a estimativa da Receita Corrente Líquida é de 59,30% (cinquenta e nove vírgula trinta por cento), aqui há um motivo para preocupação, pois está acima do limite de alerta no que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

Fica consignado à Reserva de Contingência o montante de R\$ 103.786.235,00 (cento e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais), destes, R\$ 102.786.235,00 (cento e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais), são para o Regime Próprio de Previdência Social do Servidor do Estado - RPPS.

### 1.3 DOS GASTOS COM SAÚDE

O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 1.732.442.789,00 (um bilhão, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais), correspondendo a 12% (doze por cento) das receitas provenientes de impostos e das transferências da União ao Estado, sendo 3,48% superior a Lei Orçamentária em vigor.

As Emendas Constitucional Federal nº 29, Estadual nº 20 e § 3º do artigo 77 do ADCT da Constituição Federal, estabelecem que o Estado deva aplicar em ações e serviços públicos, percentual mínimo de 12% (doze por cento) do produto da arrecadação de impostos estabelecidos no art. 155 da Constituição Federal, somados aos recursos provenientes da União de que tratam os Artigos. 157 e 159, I "a" e II, da Constituição Federal, deduzidas as transferências constitucionais aos municípios, serão aplicados por meio do Fundo Estadual de Saúde, conforme detalhamento a seguir:

#### DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

(Art. 77 do ADCT da Constituição Federal)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - RECEITA TOTAL ESTIMADA	14.437.023.245
1.1 - Impostos	12.994.780.541
1.1.1 - ITBI	346
1.1.2 - IRRF	789.604.024
1.1.3 - IPVA	671.032.335
1.1.4 - ITCMD	131.310.977
1.1.5 - ICMS - Estadual	11.402.832.859
1.2 - Transferências Federais	1.339.547.958
1.2.1 - Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	192.551.318
1.2.2 - Transferências Financeiras - LC federal nº 87, de 1996 (Lei Kandir)	65.216.706
1.2.3 - Cota-parte FPE - Linha Estado	1.081.779.934
1.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	82.973.952
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	10.721.091
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	8.999.703
2 - PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	12,00%
3 - VALOR MÍNIMO A APLICAR	1.732.442.789
4 - PERCENTUAL FIXADO	12,00%
5 - TOTAL DA DESPESA FIXADA	1.732.442.789
5.1 - Fundo Estadual de Saúde (Unidade Orçamentária)	1.732.442.789
5.1.1 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD (Fonte 0.100)	1.732.442.789

Fonte: SEF - PL Nº 0415.9/2013.

### 1.4 DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO

Com relação à educação que deve atender dispositivo constitucional - art. 167 da Constituição Estadual - o Estado aplicará na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino a importância de R\$ 3.611.255.888,00 (três bilhões, seiscentos e onze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e oitenta e oito reais), correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos e das transferências da União ao Estado, conforme detalhamento a seguir:

De acordo com o Projeto ora em apreciação, no orçamento de 2014 o Estado aplicará 9,51% (nove vírgula cinquenta e um por cento) superior a Lei nº 15.944, de 21 de dezembro de 2012, LOA - 2013.

Vale salientar que, do total aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Sistema de Ensino, R\$ 1.765.349.536,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis reais), correspondem aos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação, correspondendo a 48,91% (quarenta e oito vírgula noventa e um por cento) do total a ser aplicado.

#### DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO

(Art. 167 da Constituição Estadual)

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITA TOTAL ESTIMADA	14.437.023.245
1.1 - Impostos	12.994.780.541
1.1.1 - ITBI	346
1.1.2 - IRRF	789.604.024
1.1.3 - IPVA	671.032.335
1.1.4 - ITCMD	131.310.977
1.1.5 - ICMS - Estadual	11.402.832.859
1.2 - Transferências Federais	1.339.547.958
1.2.1 - Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	192.551.318
1.2.2 - Transferências Financeiras - LC federal nº 87, de 1996 (Lei Kandir)	65.216.706
1.2.3 - Cota-parte FPE - Estado	1.081.779.934
1.3 - Multa e Juros de Mora dos Impostos	82.973.952
1.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	10.721.091
1.5 - Dívida Ativa dos Impostos	8.999.703
2. DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.729.483.775
2.1 - Impostos	2.441.035.234
2.1.1 - ICMS - Estadual	2.280.566.572
2.1.2 - ITCMD	26.262.195
2.1.3 - IPVA	134.206.467
2.2 - Transferências Federais	267.909.592
2.2.1 - Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	38.510.264
2.2.2 - Transferências Financeiras - LC federal nº 87, de 1996 (Lei Kandir)	13.043.341
2.2.3 - Cota-parte FPE - Estado	216.355.987
2.3 - Multas e Juros de Mora dos Impostos	16.594.790
2.4 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Impostos	2.144.218
2.5 - Dívida Ativa dos Impostos	1.799.941
3. PERCENTUAL MÍNIMO A APLICAR	25%
4. VALOR MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	3.609.255.811
5. PERCENTUAL FIXADO	25,01%
6. TOTAL DA DESPESA FIXADA	3.611.255.888
6.1 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	2.968.064.119
6.1.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	929.971.583
6.1.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	1.765.349.536
6.1.3 - Inativos - (Fonte - 0100)	260.000.000
6.1.4 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 7100)	12.743.000
6.2 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	159.861.769
6.2.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	15.211.305
6.2.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	144.650.464
6.3 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UEDESC)	291.330.000

6.3.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	291.330.000
6.4 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE)	192.000.000
6.4.1 - Recursos Ordinários do Tesouro - (Fonte - 0100)	32.000.000
6.4.2 - Recursos do FUNDEB - (Fonte - 0131)	140.000.000
6.4.3 - Inativos - (Fonte - 0100)	20.000.000
6.5 - DEDUÇÃO A MAIOR PARA O FUNDEB	679.483.775

Fonte: SEF - PL Nº 0415.9/2013.

### 1.5 DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Créditos suplementares têm como finalidade reforçar a dotação orçamentária já existente. Sua abertura depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificada. Os créditos suplementares são autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo (CF, art. 167, V).

De acordo com o artigo 8º, inciso I, deste projeto, o Poder Executivo está autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de ¼ (um quarto), ou seja, 25% das dotações orçamentárias a que preconiza o art. 120, § 8º inciso I da Constituição Estadual e o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Este projeto traz ainda em seu art. 8º, § 1º, incisos I e II, atribuição a um Órgão Central para modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, através do sistema informatizado de execução orçamentária, as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesas, o elemento de despesa dentro do mesmo projeto ou atividade, bem como modalidade de aplicação e o identificador de uso - iduso das destinações de recursos.

### 1.6 DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Conforme o artigo 9º deste projeto, o Orçamento de Investimento compreende o orçamento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém o capital social com direito a voto, a despesas está fixadas em R\$ 1.928.381.061,00 (hum bilhão, novecentos e vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, e sessenta e um reais), se compararmos com a Lei nº 15.944 de 21 de dezembro de 2012 - LOA 2013, é inferior a 8,54%.

A despesa de investimento para 2014 está fixada em R\$ 1.928.381.061,00 (hum bilhão, novecentos e vinte e oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, e sessenta e um reais), está distribuída da seguinte forma:

#### DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ 1,00	
		VALOR
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	16.050.000	
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.	16.050.000	
Gabinete do Governador do Estado	2.173.476.827	
CELESC Geração S.A.	291.445.733	
CELESC Distribuição S.A.	543.334.388	
SC Participações e Parcerias S.A.	24.957.166	
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A.	674.017.496	
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.	9.223.222	
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.	630.498.822	
Secretaria de Estado da Fazenda	3.650.000	
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.	3.650.000	
<b>TOTAL</b>	<b>2.193.176.827</b>	

Fonte: SEF - PL Nº 0415.9/2014.

### 1.7 DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, visando cumprir disposições constitucionais e legais do Orçamento Estadual Regionalizado, inovou esse ano e realizou 34 Audiências Públicas das 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, nos meses de maio e junho de 2013, com o objetivo de ouvir mais uma vez a sociedade catarinense, ampliando a discussão dos investimentos públicos necessários para o desenvolvimento do Estado.

Conforme a metodologia utilizada na realização das Audiências Públicas Regionais pela Assembleia Legislativa, esta Comissão de Finanças e Tributação deliberou em reunião Ordinária pelo critério da escolha de 3 (três) prioridades por Secretaria de Desenvolvimento Regional das 12 (doze) prioridades do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, priorizadas nas Audiências Públicas Regionais de 2011.

Estas prioridades foram inseridas em sua totalidade, por este Deputado como Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei nº 16.083, de 06 de agosto de 2013 - Lei de Diretrizes

orçamentárias para o exercício financeiro de 2014, em seu Anexo de Metas e Prioridades, como prioridades a serem incluídas na proposta orçamentária para 2014 (LOA).

No relatório final, analisaremos as prioridades de cada região, inclusive aquelas elencadas para a Revisão do Plano Plurianual para o exercício de 2013, a fim de verificar se constam da proposta orçamentária do Poder Executivo encaminhada a esta Casa e, no caso de não atendidas, serão incluídas sob forma de emendas de Relator.

### 1.8 DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

O presente Projeto de Lei atende as exigências da Constituição Estadual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Nº 16.083, de 06 de agosto de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014, tendo assim preenchido os requisitos formais e legais, preconizados na Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1964.

### II - DOS CRITÉRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

A definição dos critérios para apresentação de emendas baseia-se no que determina a Constituição Estadual de 1989, bem como na Lei nº 16.083, de 06 de agosto de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014,

A Constituição Estadual no § 5º do Art. 120 diz o seguinte:

“Art. 120 .....

§ 5º Para emendas ao projeto de lei orçamentária anual, a Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão específica, sistematizará e priorizará, em audiência regional prevista no inciso III do § 2º do artigo 47 desta Constituição, as propostas resultantes de audiências públicas municipais efetivadas pelos Poderes Públicos locais entre os dias 1º de abril a 30 de junho de cada ano, nos termos da regulamentação”.

Ainda na Constituição Estadual, o § 2º e os incisos I, II, e III do § 4º do Art. 122 determinam o seguinte:

“Art. 122 .....

§ 2º - As emendas aos projetos serão apresentadas perante a comissão técnica, que sobre elas emitirá parecer, e deliberadas, na forma regimental, pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

.....  
§ 4º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser acolhidas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os decorrentes de anulação de despesas, excluídas as relativas:

a) a dotações para pessoal e seus encargos;

b) ao serviço da dívida pública;

c) a parcelas correspondentes às participações municipais.

III - sejam relacionadas com correção de erros ou omissões, ou com dispositivos do texto do projeto de lei.”

Os artigos 27, 28 e 29 da Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 - (Lei 15.857/2012) também determinam que:

“Art. 27 As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Estadual e na Lei federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no Plano Plurianual e nesta Lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

I - contrariarem o estabelecido no *caput* deste artigo;

II - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

IV - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas básicas;

- b) receitas e despesas vinculadas, criadas por leis específicas;
- c) receitas próprias e despesas de entidades da administração indireta e fundos;
- d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado; e

V - anularem dotações consignadas às atividades repassadoras de recursos.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 28. Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 29. As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.

É importante mais uma vez frisar que está tramitando concomitantemente a este projeto, a Revisão do PPA, PL Nº 0378.0/2013, que altera o Anexo Único da "altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011". Durante o processo de elaboração de emendas, há que se considerarem também as alterações propostas pela Revisão do Plano Plurianual.

Atenção especial deverá ser dada no preenchimento do formulário das emendas, especialmente no que diz respeito aos números dos Programas, Ações e Subações, Fonte de Recurso e Elemento de Despesa, respeitando assim a correta Funcional Programática substanciada em portaria do Ministério do Planejamento, sob pena de serem rejeitadas.

Tal providência se faz necessária tendo em vista a exiguidade de prazo para aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual - LOA, visando cumprir o calendário de recesso já programado pela Assembleia Legislativa, e da impossibilidade do Relator promover correções em emendas parlamentares que porventura venham a serem propostas.

As emendas deverão ser apresentadas conforme determina o Regimento Interno desta Casa em seus Artigos 297, 298:

"Art. 297. Publicado o parecer preliminar, abre-se prazo de até quinze dias para a apresentação de emendas, findo o qual o Relator disporá de mais quinze dias para a emissão de parecer definitivo sobre o projeto e as emendas analisadas.

Art. 298. As emendas referidas no artigo anterior deverão ser compatíveis com o plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias, devendo ser obrigatoriamente rejeitadas as que não se enquadrarem nesses parâmetros.

§ 1º As emendas poderão ser apresentadas por meio do Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Emendas adotado pela Comissão de Finanças e Tributação.

§ 2º Quando o sistema eletrônico de que trata o parágrafo anterior não estiver em condições de funcionamento, as emendas serão apresentadas em uma via impressa, protocolizadas na Comissão de Finanças e Tributação."

### III - DO CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 0415.9/2013

Com base nos Artigos 278 a 301 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sugerimos o seguinte cronograma de tramitação do PL Nº 0415.9/2013 - LOA 2014:

DATA	TRÂMITE
20/11/2013	Apresentação do Parecer Preliminar
21/11/2013	Publicação do Parecer Preliminar
22 a 29/11/2013	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
11/12/2013	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
12/12/2013	Publicação do Parecer Conclusivo
17/12/2013	Votação do Projeto em Plenário
18/12/2013	O Projeto retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da Redação Final
19/12/2013	Votação em Plenário da Redação Final
20/12/2013	Publicação da Redação Final
20/12/2013	Mesa encaminha autógrafa ao Governador para sanção

As Emendas ao PL nº 415.9/2013 serão elaboradas através do site da Assembleia Legislativa, =>Orçamento Estadual=> Sistema do Orçamento Estadual - SOE, que deverão ser enviadas, impressas em três vias e protocoladas na Comissão de Finanças e Tributação.

### IV - CONCLUSÃO

Concluimos que foram obedecidos os requisitos legais para a tramitação do PL Nº 0415.9/2013, sendo que a análise mais detalhada do Projeto de Lei assim como parecer das emendas propostas serão apresentados no Relatório Final.

É o parecer.

Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Deputado Gilmar Knaesel

Relator

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 253/2013

Denomina Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto, o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os Municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Prefeito Alcides Angelo Saretto, o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os Municípios de Praia Grande e Jacinto Machado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 370/2013

Dispõe sobre a implantação de espaços de retenção para bicicletas e motocicletas e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, DECRETA:

Art. 1º Nos municípios com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatória a implantação de espaço de retenção para bicicletas e motocicletas, em todas as aproximações de interseções semaforizadas, junto à faixa de travessia de pedestres e em locais onde houver necessidade por questões de segurança.

Parágrafo único. O espaço de retenção será delimitado entre a faixa de pedestres e a linha de retenção e terá distância mínima de 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 488/2013

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Garuva.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Garuva, o imóvel com área de 5.005,00 m² (cinco mil e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 1.889 no Registro de Imóveis da Comarca de Garuva.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade a construção da Delegacia de Polícia Civil, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.716, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 16.007, de 21 de maio de 2013. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*